



7

Alto do PS
Maio
o Presidente
23.04.2014 -
Ferreira

RELATÓRIO DE GESTÃO ANO 2013

ÍNDICE

I. Nota Introdutória	7
II. Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	8
III. Estrutura Organizacional e Recursos	10
1. Órgãos da CIM Região de Coimbra	10
1.1 Conselho Intermunicipal	10
1.2 Assembleia Intermunicipal	10
2. Recursos Humanos da CIM Região de Coimbra	10
IV. Relatório das Atividades Realizadas	13
1. Contratualização	13
1. Aprovações e Execução	14
1.1.1 Síntese das candidaturas submetidas e analisadas	14
1.1.2 Candidaturas aprovadas	14
1.1.3 Execução	21
1.2 Balanço	27
2. Assistência Técnica no âmbito da Contratualização	28
3. Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local - POPH	29
4. Operação Imaterial de Promoção do Empreendedorismo	30
5. Equipamentos de Combate a Incêndios em Espaços Naturais	31
6. Região de Coimbra - Estratégia 14-20	32
7. Serviços Partilhados de Aprovisionamento Eletrónico	33
8. Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC) 2013-2014	34
9. Programa de Luta Contra a Exclusão Social - Teleassistência a Pessoas Carenciadas	34
10. Construção da Ciclovía do Mondego	35
V. Relatório Financeiro	36
1. Nota Introdutória	36
2. Análise Orçamental	36
2.1 Receita	37
2.2 Despesa	39
2.3 Fluxos de Caixa	40
3. Análise Patrimonial	41
3.1 Demonstração de Resultados	41

3.2 Balanço	42
3.2.1 Ativo Imobilizado	42
3.2.2 Dívidas de/a Terceiros	43
3.2.3 Disponibilidades	44
3.2.4 Fundo Patrimonial	44
4. Indicadores de Gestão	45
5. Proposta de Aplicação de Resultados	45
VI. Deliberação do Conselho Intermunicipal	47
VII. Assembleia Intermunicipal	48



Índice de Figuras

Fig. 1: Novo mapa administrativo das CIM's da Região Centro	9
Fig. 2: Organigrama da CIM Região de Coimbra	11
Fig. 3: Recursos humanos da CIM Região de Coimbra em 2013	12

Índice de Quadros

Quadro 1: Resumo das candidaturas aprovadas a 31 de dezembro de 2013	15
Quadro 2: Resumo das candidaturas do CUA transferidas para o POVT em 15/09/2013.....	15
Quadro 3: Candidaturas aprovadas a 31 de dezembro de 2013 por Eixo Prioritário	16
Quadro 4: Candidaturas aprovadas a 31 de dezembro de 2013 por Regulamento Específico.....	16
Quadro 5: Candidaturas aprovadas a 31 de dezembro de 2013 por Beneficiário	17
Quadro 6: Candidaturas aprovadas a 31 de dezembro de 2013 por Beneficiário em cada Eixo	17
Quadro 7: Candidaturas aprovadas a 31 de dezembro de 2013 por RE do Eixo I.....	18
Quadro 8: Candidaturas aprovadas a 31 de dezembro de 2013 por RE do Eixo II.....	18
Quadro 9: Candidaturas aprovadas a 31 de dezembro de 2013 por RE do Eixo III.....	19
Quadro 10: Resumo de candidaturas aprovadas durante o ano de 2013	19
Quadro 11: Candidaturas aprovadas em 2013.....	20
Quadro 12: Resumo dos montantes aprovados a 31 de dezembro de cada ano	21
Quadro 13: Resumo dos montantes executados a 31 de dezembro de 2013.....	21
Quadro 14: Resumo das candidaturas do CUA transferidas para o POVT em 15/09/2013	22
Quadro 15: Montantes executados a 31 de dezembro de 2013 por Eixos	23
Quadro 16: Montantes executados a 31 de dezembro de 2013 por RE.....	23
Quadro 17: Montantes executados a 31 de dezembro de 2013 por Beneficiário	24
Quadro 18: Montantes executados a 31 de dezembro de 2013 por Beneficiário em cada Eixo	24
Quadro 19: Montantes executados a 31 de dezembro de 2013 por RE do Eixo I.....	25
Quadro 20: Montantes executados a 31 de dezembro de 2013 por RE do Eixo II.....	25
Quadro 21: Montantes executados a 31 de dezembro de 2013 por RE do Eixo III.....	26
Quadro 22: Resumo dos montantes aprovados a 31 de dezembro de cada ano	26
Quadro 23: Execução física do projeto.....	30
Quadro 24: Rúbricas de Investimento do projeto	33
Quadro 25: Contratos de Locação de Equipamentos.....	35
Quadro 26: Comparticipação financeira no projeto	35
Quadro 27: Distribuição da receita pelas rúbricas do orçamento	37
Quadro 28: Distribuição da receita cofinanciada pela Administração Central	38
Quadro 29: Distribuição da receita – Administração Local	38
Quadro 30: Distribuição da despesa por classificação económica	39
Quadro 31: Análise orçamental – Poupança	40
Quadro 32: Fluxos de Caixa	40
Quadro 33: Resultados do Exercício (2013-2012).....	41
Quadro 34: Custos e Perdas (2013-2012).....	42
Quadro 35: Proveitos e Ganhos (2013-2012).....	42
Quadro 36: Ativo Imobilizado (2012-2013)	43
Quadro 37: Evolução da Dívida (2012-2013)	43
Quadro 38: Indicadores de Gestão.....	45



Siglas e Abreviaturas

AAE – Áreas de Acolhimento Empresarial
AG – Autoridade de Gestão
AMA – Agência de Modernização Administrativa
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses
AVL – Ações de Valorização do Litoral
CD – Comissão Diretiva
CIM – Comunidade Intermunicipal
CIM-BM – Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego
CIM-PIN – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte
CIM-RC – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
CMC – Comissão Ministerial de Coordenação
COE – Equipamentos para a Coesão Local
CUA – Ciclo Urbano da Água – vertente em baixa – Modelo não Verticalizado
EAF – Estrutura Administrativa e Financeira
EAT – Estrutura de Apoio Técnico
EDU – Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar
ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
EPI – Equipamento de Proteção Individual
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE – Fundo Social Europeu
IFDR – Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional
MOU – Mobilidade Territorial Urbana
MOT – Mobilidade Territorial
OI – Organismo Intermédio
PO - Programa Operacional
POFC – Programa Operacional Fatores de Competitividade
POPH – Programa Operacional Potencial Humano
POR – Programa Operacional Regional
PORC – Programa Operacional Regional do Centro
POVT – Programa Operacional Valorização do Território
PTC – Património Cultural
PTD – Programa Territorial de Desenvolvimento
QCA – Quadro Comunitário de Apoio
QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional
RE – Regulamento Específico
REC – Rede de Equipamento Culturais
SAM – Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa
SI – Sistema de Informação
VQA – Ações de Qualificação e Valorização Ambiental



I. Nota Introdutória

Nos termos do disposto na alínea j), do nº 1, do artigo 96º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, cabe ao Secretariado Executivo preparar, para o conselho intermunicipal, os documentos de prestação de contas.

Em cumprimento dessa competência junto se apresentam os documentos em causa, com uma contextualização da CIM Região de Coimbra tendo por pano de fundo o novo enquadramento legislativo.

Assim, se atentarmos que a ex-CIM PIN apresentou a respetiva prestação de contas de 2013 ao Tribunal de Contas, por força da sua extinção e nos termos da lei, este documento de prestação de contas acaba por documentar apenas o exercício da CIM Região de Coimbra enquanto sucessora *ope legis* da CIM Baixo Mondego.

Parece-me evidente que, face à significativa alteração geográfica, política e jurídica do cenário que formata esta CIM Região de Coimbra, esta prestação de contas tem, também ela, um carácter de “fecho de contas” de uma entidade (CIM Baixo Mondego) que em termos factuais, que não jurídicos, deixou de existir como identificadora de um território específico.

É neste contexto que se apresentam os presentes documentos de prestação de contas, não se justificando, a meu ver quaisquer outras análises de carácter justificativo das opções políticas tomadas.

Coimbra, 3 de Abril de 2014

O 1º Secretário Executivo Intermunicipal

Jorge M Teixeira Bento

II. Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. A Lei nº 75/2013 consagra um quadro jurídico novo que comporta significativos reflexos na organização interna, sendo diverso o âmbito das alterações, desde a sua natureza jurídica, alteração da área geográfica, a situações de integração/fusão/cisão de entidades.

Nestas circunstâncias, e decorrente da entrada em vigor deste normativo legislativo, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (doravante designada CIM RC) sucede *ope legis* à CIM do Baixo Mondego, alargando o seu território a nove dos catorze Municípios da extinta Comunidade Intermunicipal Pinhal Interior Norte (CIM PIN). Ou seja, para além dos 10 Municípios que já integravam a CIM do Baixo Mondego (Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho, Mortágua, Penacova e Soure) a CIM Região de Coimbra passa a integrar os Municípios de Arganil, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penela, Tábua e Vila Nova de Poiares, que transitaram da CIM Pinhal Interior Norte.

O nº 5 do artigo 2º da Lei nº 75/2013 refere que *“Os municípios que deixem de estar abrangidos pela área territorial de uma comunidade intermunicipal existente à data da entrada em vigor da presente lei deixam automaticamente de fazer parte daquela e ficam automaticamente integrados na área metropolitana ou na comunidade intermunicipal por cuja área geográfica tenham passado a estar abrangidos, sem prejuízo de abandonar a comunidade intermunicipal”*. Consequentemente, a CIM-PIN foi extinta em razão de todo o seu território ser afeto a outras CIM (CIM Região de Coimbra e CIM Região de Leiria).

A figura seguinte ilustra o novo mapa administrativo das comunidades intermunicipais da Região Centro, que decorre da entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

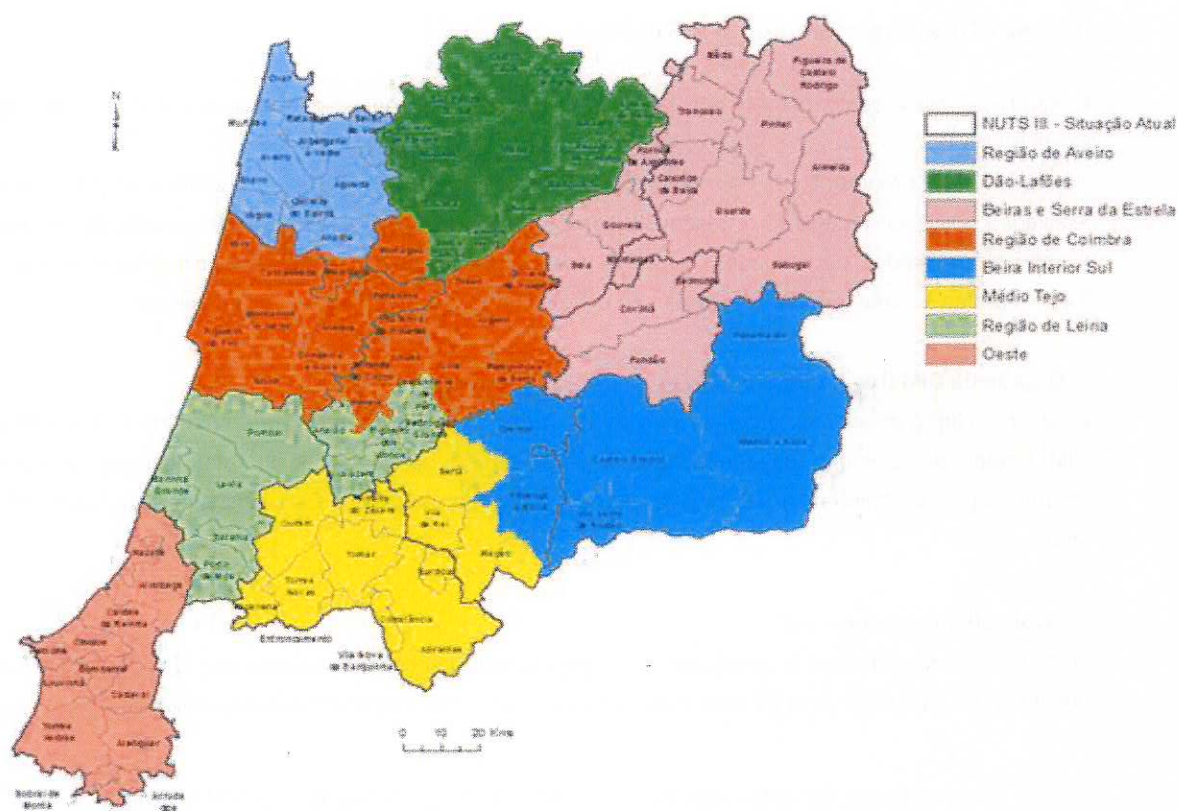



Fig. 1: Novo mapa administrativo das CIM da Região Centro

Dando cumprimento ao estatuído no n.º 6, do artigo 2.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e mantendo-se a CIM Região de Coimbra, ainda que com alteração do território, os Estatutos da "anterior" CIM Baixo Mondego foram revistos, por forma a refletir o novo sistema de atribuições e as novas competências cometidas aos órgãos desta entidade, e também a alteração da delimitação territorial.

Assim, fruto das dificuldades iniciais interpretativas da referida Lei, das escassas orientações da tutela e das naturais vicissitudes de vária ordem, o processo de alargamento do território da CIM Região de Coimbra veio apenas a ficar concluído em 14 de janeiro de 2014, com a constituição da Assembleia Intermunicipal, a aprovação da revisão dos estatutos e a eleição do Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal. Desta forma, a informação constante do presente relatório apenas é referente aos dez municípios que já integravam a CIM à data da entrada em vigor da referida Lei.

Refira-se que a prestação de contas da ex CIM Pinhal Interior Norte relativa a 2013 foi aprovada pelo seu Conselho Executivo, em reunião de 3 de janeiro de 2014.

III. Estrutura Organizacional e Recursos

Pretende-se, neste ponto, fazer uma breve análise à estrutura organizacional e operacional da CIM Região de Coimbra.

Para assegurar a realização das atribuições que lhe são cometidas, o Conselho Intermunicipal, nos termos da legislação aplicável, promoveu o desenvolvimento e exploração dos seus serviços, apostando em Recursos Humanos qualificados, por um lado, e por outro lado, na otimização das instalações colocadas ao seu dispor, de modo a promover uma fórmula de sucesso ao projeto que a CIM está disposta a implementar.

1. Órgãos da CIM Região de Coimbra

De acordo com o previsto no artigo 82.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e no artigo 5º dos Estatutos da CIM Região de Coimbra, os seus órgãos representativos são o Conselho Intermunicipal, a Assembleia Intermunicipal, o Secretariado Executivo Intermunicipal e o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal

1.1 Conselho Intermunicipal

O Conselho Intermunicipal é constituído pelos Presidentes das dezanove Câmaras Municipais dos Municípios que integram a CIM-RC. A 31 de dezembro de 2013, o Conselho Intermunicipal era presidido por:

- ✓ Presidente do Conselho Intermunicipal, Manuel Augusto Soares Machado, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra;
- ✓ Vice-presidente do Conselho Intermunicipal, Ricardo Pereira Alves, Presidente da Câmara Municipal de Arganil;
- ✓ Vice-presidente do Conselho Intermunicipal, José Carlos Alexandrino Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

1.2 Assembleia Intermunicipal

A Assembleia Intermunicipal é constituída, à data, por membros das Assembleias Municipais dos Municípios que integram a CIM Região de Coimbra, eleitos de forma proporcional de acordo com o número de eleitores que constituem cada Município.

De referir que este órgão foi constituído em 14 de Janeiro de 2014.

2. Recursos Humanos da CIM Região de Coimbra

Em termos organizacionais, apresenta-se o organigrama da Comunidade conforme figura seguinte:

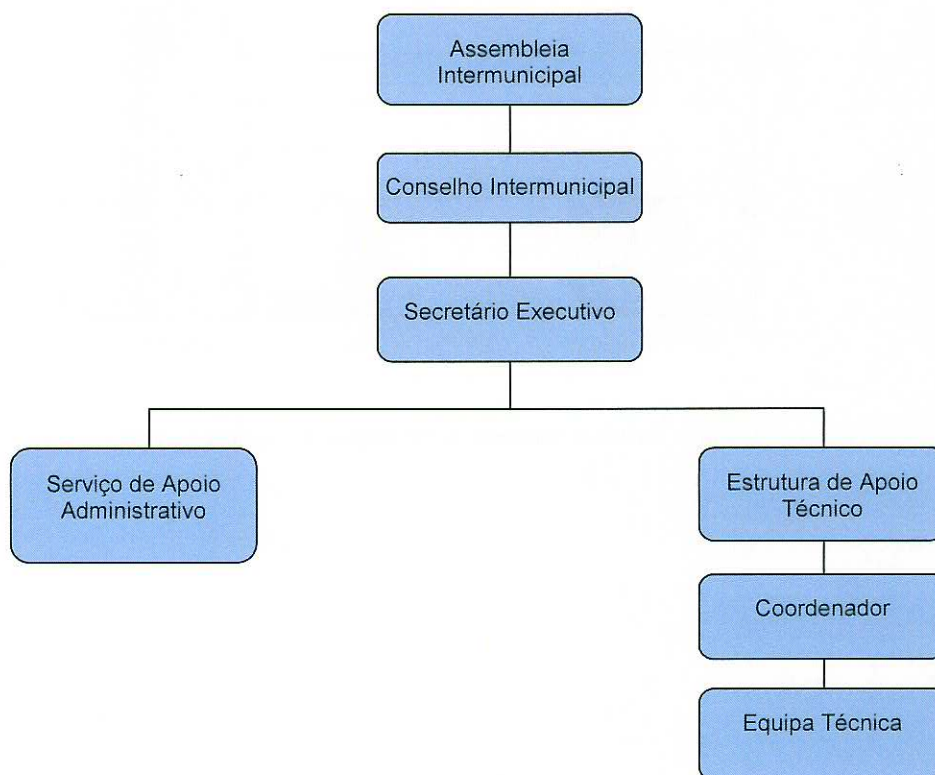


Fig. 2: Organograma da CIM Região de Coimbra

Na vertente dos recursos humanos, a CIM Região de Coimbra manteve em 2013 a constituição do Serviço de Apoio Administrativo, que transitou de 2012, não se tendo verificado o reforço deste Estrutura, contando apenas com duas colaboradoras. No que respeita à constituição da Estrutura de Apoio Técnico (EAT), no decorrer do ano e conforme previsto no orçamento e Mapa de Pessoal para 2013, procedeu-se à abertura de procedimento concursal para recrutamento de três técnicos superiores, conforme deliberação do Conselho Executivo de 10 de abril de 2013 e da Assembleia Intermunicipal de 24 de abril de 2013, tendo o mesmo sido concluído em dezembro do mesmo ano.

De referir que o n.º de postos de trabalho afeto à EAT se manteve inalterado face aos anos anteriores, com três colaboradores, uma vez que os anteriores três postos de trabalho se extinguiram no mês de Novembro.

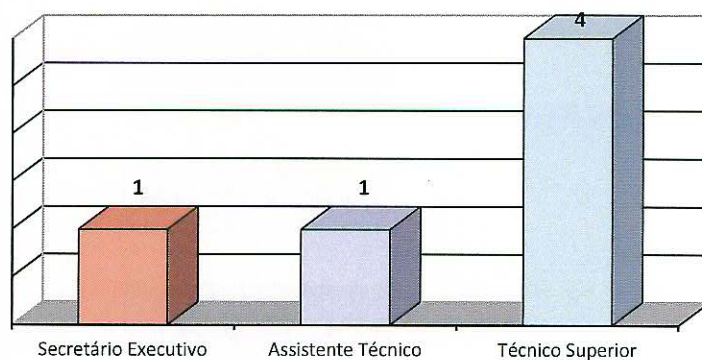


Fig. 3: Recursos humanos da CIM Região de Coimbra em 2013



IV. Relatório das Atividades Realizadas

1. Contratualização

Ao longo do ano de 2013 prosseguiu-se o trabalho que vinha a ser desenvolvido pela CIM enquanto Organismo Intermédio do PORC. De referir que a presente análise incide apenas sobre a Contratualização referente aos 10 Municípios que já integravam a CIM-RC à data da entrada em vigor da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Importa aqui recordar alguns dos acontecimentos anteriores ao período em análise, relevantes para uma melhor compreensão do contexto da execução do Contrato de Delegação de Competências no ano de 2013.

Tendo em vista a preparação da Reprogramação Estratégica do QREN e devido ao facto da taxa de compromisso do QREN ser elevada face ao nível de realização, o Conselho de Ministros decidiu, em março de 2012, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 33/2012, proceder à comumente denominada "Operação Limpeza". Tal teve em vista a eliminação dos compromissos assumidos com projetos que não revelavam capacidade de realização financeira para a sua plena execução. Em complemento, na mesma data, o Conselho de Ministros deliberou a suspensão, por 30 dias (posteriormente prorrogados), da aprovação de novas operações. Esta suspensão veio a ser confirmada, através da deliberação da CMC de 8 de maio de 2012, que causou um forte impacto na atividade da CIM, uma vez que as candidaturas que foram submetidas aos avisos abertos nos finais do ano de 2011 já se encontravam analisadas pela EAT, e a grande maioria das candidaturas havia sido remetida para a AG em condições de ser aprovada, contudo, esta deliberação veio impedir o "normal" seguimento do processo de aprovação das mesmas.

Recorde-se que em 10/10/2011, a AG publicou o aviso para submissão de candidaturas em regime de balcão permanente cujo prazo expirou em 30/11/2011. Este aviso decorreu do reforço de verbas efetuadas por via da transição de projetos do QCA III, tendo sido submetidas 6 candidaturas. Na sequência do Segundo Memorando de Entendimento e da deliberação da CMC de 5 de abril de 2011, a AG publicou, em 7/11/2011, o aviso para submissão de candidaturas em regime de balcão permanente. Este aviso, específico para a então CIM-BM, expirou em 16/12/2011, tendo sido submetidas 24 candidaturas.

As Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais retomaram a sua atividade regular e a plenitude da sua capacidade de iniciativa após a deliberação da CMC de 13 de agosto de 2012. No entanto, esta deliberação veio na sequência da aprovação, pelo Governo, do modelo de reprogramação dos Programas Operacionais e do acordo celebrado entre o Governo e a ANMP no que se refere ao descompromisso de 250 milhões de euros nas operações de iniciativa municipal, sendo que desse montante, 69,1 milhões de euros se referiam a descompromissos a executar no PORC. Esta deliberação previa, no entanto, a possibilidade de novas aprovações de operações de municípios que, incluídos no âmbito de protocolos de financiamento, incluindo contratos de subvenção global, apresentem níveis de realização financeira significativos ou tenham compromissos contratuais concluídos. A disponibilidade acordada para o PORC foi de 50 milhões de euros, o que permitiu, numa primeira parte e ainda em 2012, aprovar parte das candidaturas submetidas ao Balcão Permanente no âmbito do QCA III, e numa segunda parte, já em 2013 e nos primeiros meses de 2014, aprovar as restantes candidaturas em condições técnicas para poderem ser aprovadas, submetidas aos avisos atrás referidos.

Verifica-se assim que, apesar da CIM ter realizado convenientemente as funções que lhe foram delegadas enquanto Organismo Intermédio, assegurando que o conjunto muito significativo de candidaturas eram analisadas num curto espaço de tempo por forma a permitir a sua aprovação, as limitações impostas pelas deliberações da CMC e posteriores constrangimentos financeiros da AG (dotação do Programa com grau de compromisso muito elevado), vieram produzir um forte entrave na concretização do trabalho da CIM, para além de, obviamente, causar severos contratempos aos Municípios e ao seu programa de investimentos.

Assim, não pode deixar de ser lamentado que apenas quase um ano após a submissão das candidaturas da então CIM-BM se tenham iniciado as aprovações e que as mesmas não tenham ocorrido imediatamente para todas as candidaturas, facto que efetivamente limitou de sobremaneira o nível de compromisso e, consequentemente, o nível de execução da Contratualização em 2013. Contudo, estando este processo atualmente em fase de conclusão, através da aprovação das restantes candidaturas (note-se que a deliberação da CMC de 13/12/2013 previa que as AG deveriam concluir o processo de aprovação de candidaturas até 31/03/2014), antevê-se boas perspectivas de execução para o ano de 2014.

De referir ainda que, conforme previsto na reprogramação técnica do QREN aprovada em 2011, em setembro de 2013 procedeu-se à transição das candidaturas do regulamento "Ciclo Urbano da Água – vertente em baixa – modelo não verticalizado" para o Programa Operacional Valorização do Território. Esta situação conduziu a um significativo decréscimo dos investimentos aprovado e executado da Contratualização no final de 2013, conforme adiante pormenorizado.

A nível interno, no ano de 2013 não se verificaram alterações na constituição da EAT, o que permitiu assegurar a conformidade das tarefas realizadas, aproveitando o *know-how* e experiência acumulados.

1. Aprovações e Execução

1.1.1 Síntese das candidaturas submetidas e analisadas

Em virtude das circunstâncias que marcaram a execução do QREN em 2013, em particular as inerentes à Reprogramação Estratégica do QREN que foram atrás referidas bem como às limitações orçamentais da AG, poderá considerar-se o ano de 2013 como um ano atípico, em termos de candidaturas submetidas.

No decorrer do ano de 2013, a AG não procedeu à abertura de qualquer aviso para a submissão de candidaturas no âmbito da Contratualização. Assim, no que respeita à análise de candidaturas, a análise concentrou-se na atualização das análises das candidaturas submetidas no final do ano de 2011, nomeadamente no que respeita à atualização dos cronogramas de execução física e financeira, objetivos, indicadores, procedimentos de contratação pública, entre outros, por forma a permitir que as candidaturas fossem aprovadas em condições revistas e atualizadas.

De referir ainda que se verificou uma forte concentração das tarefas da EAT na análise dos pedidos de reprogramação apresentados pelos beneficiários, designadamente no que respeita a alterações físicas, financeiras, temporais, de contratação pública, entre outras, das candidaturas aprovadas em anos anteriores.

1.1.2 Candidaturas aprovadas

No final de 2013, em termos acumulados, a CIM-RC apresentava um total de 67 candidaturas aprovadas, representado um montante FEDER aprovado de 52.774.547,05 euros, conforme observado nos quadros seguintes:

Nº de Candidaturas	Investimento Total (€)	Investimento Elegível (€)	FEDER (€)
67	80.893.819,60	62.294.979,06	52.774.547,05

Quadro 1: Resumo das candidaturas aprovadas a 31 de dezembro de 2013

Como já anteriormente referido, a reprogramação técnica do QREN aprovada em 2011, previa a transferência das candidaturas do Regulamento Específico "Ciclo Urbano da Água – vertente em baixa – modelo não verticalizado" dos Programas Operacionais Regionais para o Programa Operacional Valorização do Território (POVT).

Esta transferência apenas foi concretizada em setembro de 2013, e provocou um significativo decréscimo dos investimentos aprovado e executado da Contratualização no final em 2013, uma vez que aquele Regulamento Específico representava quase 20% do investimento aprovado da Contratualização. O quadro seguinte apresenta as candidaturas no âmbito da Contratualização que foram transferidas para o POVT:

Beneficiário	Candidatura	Investimento Total (€)	Investimento Elegível (€)	FEDER (€)
INOVA, EMM	Saneamento de Águas Residuais Domésticas da Freguesia da Sanguinheira	1.441.664,39	1.093.707,12	929.651,05
INOVA, EMM	Saneamento de Águas Residuais Domésticas da Freguesia de Cadima	1.148.092,31	734.216,12	624.083,7
INOVA, EM	Estações Elevatórias e Redes Colectoras - Subsistema Municipal de Saneamento SIMRIA - SAR1	344.891,78	341.517,60	290.289,96
INOVA, EM	Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Pedras Ásperas, Lombo Folar, Póvoa e Laje	419.369,37	375.317,65	319.020,00
Águas de Coimbra, EM	Saneamento Básico da Freguesia de Almalaguês - 3ª Fase - Portela do Gato, Cestas, Torre de Bera, Outeiro de Bera, Bera e Monte de Bera	2.544.185,18	1.790.048,43	1.521.541,17
Águas de Coimbra, EM	Concepção, fornecimento, montagem e colocação em serviço do sistema de supervisão das redes de abastecimento de água e saneamento	1.120.135,03	735.417,04	625.104,48
Águas de Coimbra, EM	Execução de obras complementares nas redes de drenagem de águas residuais e de distribuição de água em várias freguesias do concelho de Coimbra	2.466.389,76	1.824.030,82	1.550.426,20
Águas de Coimbra, EM	Infra-estruturas exteriores de abastecimento de água ao empreendimento Coimbra Inovação Parque	1.332.716,17	749.320,98	636.922,83
Águas de Coimbra, EM	Rede de Drenagem de Águas Residuais e Remodelação da Rede de Abastecimento de Água nas Lagoas - 1ª Fase	372.308,51	287.906,76	244.720,75
Águas de Coimbra, EM	Remodelação da rede de abastecimento de água em várias zonas do concelho de Coimbra - 3ª fase	1.646.951,04	1.036.382,50	880.925,13
Águas de Coimbra, EM	Remodelação da rede de abastecimento de água em várias zonas do concelho de Coimbra - 4ª Fase (Sistemas de Cumeada, Olivais e Olivais Torre)	1.846.164,70	1.040.872,15	884.741,33
Município de Mira	Saneamento de Águas Residuais do Município de Mira - 1ª Fase	157.138,33	1.264.828,69	1.075.104,39
Total	12	16.254.256,57	11.273.565,86	9.582.530,99

Quadro 2: Resumo das candidaturas do CUA transferidas para o POVT em 15/09/2013

Note-se que as 12 candidaturas acima referidas estavam integralmente incluídas na Contratualização, tendo a CIM sido responsável pela análise de admissibilidade e aceitabilidade, análise técnico-financeira, apreciação de mérito, análise de pedidos de pagamento e análise de reprogramações. A transferência destas candidaturas para o POVT justifica o facto do investimento FEDER aprovado no final de 2013 (52.774.547,05 €), seja inferior ao de 2012 (56.258.930,60 €). Quanto ao número de candidaturas aprovadas, apesar desta transferência para o POVT, aumentou de 63 candidaturas aprovadas em 2012 para 67 em 2013.

Os parágrafos seguintes expõem o ponto de situação da Contratualização a 31/12/2013 ao nível das aprovações. Em termos de Eixos Prioritários, o Eixo III – Coesão Local e Urbana representava, de longe, o eixo com maior número de aprovações, apresentando um número de candidaturas e respetivos montantes aprovados claramente superiores aos demais:

Eixo Prioritário	Nº Candidaturas	Investimento Total (€)	Investimento Elegível (€)	FEDER (€)
Eixo I - Competi., Inov. Conhecimento	5	6.966.216,24	4.623.742,18	3.930.180,84
Eixo II – Valorização do Esp. Regional	10	13.187.849,44	9.525.569,30	8.096.733,90
Eixo III – Coesão Local e Urbana	52	60.739.753,92	48.145.667,58	40.747.632,31
<i>Total</i>	67	80.893.819,60	62.294.979,06	52.774.547,05

Quadro 3: Candidaturas aprovadas a 31 de dezembro de 2013 por Eixo Prioritário

Em termos de Regulamentos Específicos, destaque para o RE “Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar” (EDU) que reflete a consonância dos projetos desenvolvidos pelos Municípios da Região de Coimbra com as prioridades do Programa:

Regulamento Específico	Nº Candidaturas	Investimento Total (€)	Investimento Elegível (€)	FEDER (€)
SAM - Apoio Modernização Administrativa	2	977.859,13	228.470,24	194.199,70
AAE - Áreas de Acolhimento Empresarial	3	5.988.357,11	4.395.271,94	3.735.981,14
PTC - Património Cultural	1	2.806.702,83	2.552.341,04	2.169.489,88
REC - Rede de Equipamentos Culturais	1	2.685.972,13	495.789,50	421.421,08
AVL - Ações Valorização Ambiental	1	693.075,73	656.356,92	557.903,38
VQA - Valorização e Qual. Ambiental	7	7.002.098,75	5.821.081,84	4.947.919,56
COE- Equipamentos Coesão Local	11	12.183.677,39	9.355.332,32	7.883.632,12
MOT - Mobilidade Territorial	13	8.994.048,20	8.296.285,96	6.949.415,59
MOU - Mobilidade Territorial Urbana	8	2.611.860,41	2.531.269,34	2.151.578,96
EDU - Requalificação Rede Escolar	20	36.950.167,92	27.962.779,96	23.763.005,64
<i>Total</i>	67	80.893.819,60	62.294.979,06	52.774.547,05

Quadro 4: Candidaturas aprovadas a 31 de dezembro de 2013 por Regulamento Específico

Os montantes aprovados por Beneficiário, a 31 de dezembro de 2013, são apresentados no seguinte quadro:

Beneficiário	Nº Candidaturas	Investimento Total (€)	Investimento Elegível (€)	FEDER (€)
Município de Cantanhede	5	4.776.193,90	3.977.645,69	3.375.641,53
Inova, EMM	1	1.895.482,42	493.147,06	419.175,00
Município de Coimbra	11	11.720.386,58	9.621.484,88	8.109.861,79
Município de Condeixa-a-Nova	4	7.886.193,01	6.297.296,2	5.352.701,76
Município Figueira da Foz	5	6.610.083,69	5.209.694,05	4.428.239,94
Município da Mealhada	11	13.391.465,54	10.503.569,63	8.928.034,19
Município Mira	5	3.127.748,45	2.475.614,76	2.104.272,54
Município de Montemor-o-Velho	11	9.717.774,66	9.056.811,26	7.595.862,11
Município de Mortágua	2	7.573.982,31	4.529.538,48	3.850.107,71
Município de Penacova	4	8.422.886,03	4.546.237,49	3.864.301,87
Município de Soure	8	5.771.623,01	5.583.939,56	4.746.348,61
<i>Total</i>	67	80.893.819,60	62.294.979,06	52.774.547,05

Quadro 5: Candidaturas aprovadas a 31 de dezembro de 2013 por Beneficiário

Os montantes FEDER aprovados por Beneficiário em cada um dos Eixos Prioritários, a 31 de dezembro de 2013 são apresentados no seguinte quadro:

Beneficiário	Nº Candidaturas	Eixo Prioritário		
		Eixo I (€)	Eixo II (€)	Eixo III (€)
Município de Cantanhede	5			3.375.641,53
Inova, EMM	1			419.175,00
Município de Coimbra	11	107.705,71	532.660,94	7.469.495,14
Município de Condeixa-a-Nova	4	86.493,99	2.169.489,88	3.096.717,89
Município da Figueira da Foz	5			4.428.239,94
Município da Mealhada	11	1.217.951,23	3.705.303,79	4.004.779,17
Município de Mira	5	522.157,62	557.903,38	1.024.211,54
Município de Montemor-o-Velho	11	1.995.872,29		5.599.989,82
Município de Mortágua	2			3.850.107,71
Município de Penacova	4		421.421,08	3.442.880,79
Município de Soure	8		709.954,83	4.036.393,78
<i>Total</i>	67	3.930.180,84	8.096.733,90	40.747.632,31

Quadro 6: Candidaturas aprovadas a 31 de dezembro de 2013 por Beneficiário em cada Eixo

Os montantes FEDER aprovados por Beneficiário, nos RE "Sistema de Apoio à Modernização Administrativa" (SAM) e "Sistemas de Apoio às Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística" (AAE) do Eixo Prioritário I – Competitividade, Inovação e Conhecimento, a 31 de dezembro de 2013, são apresentados no seguinte quadro:

Beneficiário	Nº Cand.	Eixo Prioritário I	
		SAM (€)	AAE (€)
Município de Coimbra	1	107.705,71	
Município de Condeixa-a-Nova	1	86.493,99	
Município da Mealhada	1		1.217.951,23
Município de Mira	1		522.157,62
Município de. Montemor-o-Velho	1		1.995.872,29
<i>Total</i>	<i>5</i>	<i>194.199,70</i>	<i>3.735.981,14</i>

Quadro 7: Candidaturas aprovadas a 31 de dezembro de 2013 por RE do Eixo I

Os montantes FEDER aprovados por Beneficiário nos RE "Património Cultural" (PTC), "Redes de Equipamentos Culturais" (REC), "Ações de Valorização do Litoral" (AVL) e "Ações de Valorização e Qualificação Ambiental" (VQA) do Eixo Prioritário II – Valorização do Espaço Regional, a 31 de dezembro de 2013, são apresentados no quadro seguinte:

Beneficiário	Nº Candidaturas	Eixo Prioritário II			
		PTC (€)	REC (€)	AVL (€)	VQA (€)
Município de Coimbra	1				532.660,94
Município de Condeixa-a-Nova	1	2.169.489,88			
Município da Mealhada	5				3.705.303,79
Município de Mira	1			557.903,38	
Município da Penacova	1		421.421,08		
Município de Soure	1				709.954,83
<i>Total</i>	<i>10</i>	<i>2.169.489,88</i>	<i>421.421,08</i>	<i>557.903,38</i>	<i>4.947.919,56</i>

Quadro 8: Candidaturas aprovadas a 31 de dezembro de 2013 por RE do Eixo II

Os montantes FEDER aprovados por Beneficiário nos RE "Equipamento para a Coesão Local" (COE), "Mobilidade Territorial" (MOT), "Mobilidade Territorial Urbana" (MOU) e "Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar" (EDU) do Eixo Prioritário III – Coesão Local e Urbana, a 31 de dezembro de 2013, são apresentados no quadro seguinte:

Beneficiário	Nº Candidaturas	Eixo Prioritário III			
		COE (€)	MOT (€)	MOU (€)	EDU (€)
Município de Cantanhede	5		234.403,59	492.495,03	2.648.742,91
Inova, EMM	1	419.175,00			
Município de Coimbra	9	1.094.405,74	1.739.553,64		4.635.535,76
Município Condeixa-a-Nova	2	1.444.504,52			1.652.213,37
Município da Figueira da Foz	5	418.986,21	265.014,63	563.352,97	3.180.886,13
Município da Mealhada	5	727.812,76	367.951,00	156.211,48	2.752.803,93
Município de Mira	3		558.902,51		465.309,03
Município de Montemor-o-Velho	10	109.0201,8	2.232.734,46	771.392,86	1.505.660,7
Município de Mortágua	2			168.126,62	3.681.981,09
Município de Penacova	3	1.534.863,94	441.734,79		1.466.282,06
Município de Soure	7	1.153.682,15	1.109.120,97		1.773.590,66
<i>Total</i>	<i>52</i>	<i>7.883.632,12</i>	<i>6.949.415,59</i>	<i>2.151.578,96</i>	<i>23.763.005,64</i>

Quadro 9: Candidaturas aprovadas a 31 de dezembro de 2013 por RE do Eixo III

Se se considerar apenas os projetos aprovados no decorrer do ano de 2013, foram aprovadas 16 candidaturas sendo os respetivos valores de investimento apresentados no quadro seguinte:

Nº de Candidaturas	Investimento Total (€)	Investimento Elegível (€)	FEDER (€)
16	12.433.979,02	7.603.563,36	6.463.028,89

Quadro 10: Resumo de candidaturas aprovadas durante o ano de 2013

No próximo quadro são apresentadas as candidaturas aprovadas no decorrer do ano de 2013, e que haviam sido submetidas no final do ano de 2011, conforme anteriormente referido. São apresentados as candidaturas aprovadas em 2013 por Beneficiário, Eixo Prioritário, e Regulamento Específico:

Benef.	Candidatura	Eixo	RE	Invest. Total (€)	Invest. Elegível (€)	FEDER (€)
Cantanhede	Requalificação Urbana no Concelho por Empreitada - Ruas da Azinhaga e do Calvário (Murte)de)	III	MOU	118.104,70	118.104,70	100.389,00
Inova	Complexo Desportivo de Anã	III	COE	1.895.482,42	493.147,06	419.175,00
Coimbra	Escola Básica 1 do Tovim	III	EDU	468.767,04	460.349,96	391.297,47
Coimbra	Qualificação Ambiental dos Fornos - Coimbra (Construção da passagem hidráulica sob a ex EN1 - Rio dos Fornos e Drenag. pluvial da R. dos Alcorredores)	II	VQA	1.317.662,84	626.659,93	532.660,94
Mealhada	Centro Escolar do Luso	III	EDU	1.639.740,90	1.284.922,42	1.092.184,06
Mealhada	Espaço Inovação do Município de Mealhada	III	COE	906.563,65	856.250,30	727.812,76
Mealhada	Posto de Turismo e Loja das 4 Maravilhas da Mealhada	II	VQA	594.290,61	573.032,73	487.077,82
Mira	Remodelação do Polo Educativo da Praia de Mira	III	EDU	284.946,85	191.417,75	162.705,09
Montemor-o-Velho	Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Montemor-o-Velho, Gatões e Seixo	III	MOT	713.181,77	710.355,94	603.802,55
Montemor-o-Velho	Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca	III	MOT	476.194,72	474.307,91	403.161,72
Montemor-o-Velho	Eixo Viário do Sistema Urbano das Gândaras - Arazede/Meco: Arruamento do Meco (Construção)	III	MOU	257.294,36	256.274,89	217.833,66
Montemor-o-Velho	Arranjos Urbanísticos nas Meãs: Rua Principal (desde o Largo de S. Sebastião até ao Cruzeiro) e alargamento de arruamento nas Calaçotas	III	MOU	198.535,81	197.749,16	168.086,79
Montemor-o-Velho	Sintético de Montemor-o-Velho	III	COE	309.011,69	307.962,22	261.767,89
Montemor-o-Velho	Sintético de Pereira	III	COE	360.872,74	359.442,87	305.526,44
Mortágua	Infra-Estruturas Rodoviárias do Loteamento da Área da Cerâmica	III	MOU	207.356,79	197.796,02	168.126,62
Penacova	Construção da Biblioteca Municipal	II	REC	2.685.972,13	495.789,50	421.421,08
Total				12.433.979,02	7.603.563,36	6.463.028,89

Quadro 11: Candidaturas aprovadas em 2013

O quadro abaixo ilustra a evolução (em termos acumulados) do investimento comprometido, nomeadamente número de candidaturas aprovadas, investimento total aprovado, investimento elegível aprovado e FEDER aprovado ao longo do período da Contratualização:



	Nº de Candidaturas	Investimento Total (€)	Investimento Elegível (€)	FEDER (€)
A 31/12/2008	10	26.944.765,12	15.904.339,75	11.133.037,80
A 31/12/2009	11	24.992.793,20	16.611.794,32	11.412.680,75
A 31/12/2010	40	66.375.687,25	50.928.874,33	35.188.700,38
A 31/12/2011	60	83.184.664,84	63.813.711,27	49.387.076,89
A 31/12/2012	63	85.199.532,93	66.405.139,53	56.258.930,60
A 31/12/2013	67	80.893.819,60	62.294.979,06	52.744.547,05

Quadro 12: Resumo dos montantes aprovados a 31 de dezembro de cada ano

1.1.3 Execução

No que respeita à execução FEDER, no final de 2013, em termos acumulados, a CIM-RC apresentava um montante de 45.005.999,23 € (FEDER Validado), conforme consta dos próximos quadros:

Nº de Candidaturas	FEDER Aprovado (€)	FEDER Validado (€)	FEDER Pago (€)
67	52.774.547,05	45.005.999,23	44.052.000,92

Quadro 13: Resumo dos montantes executados a 31 de dezembro de 2013

Como já anteriormente referido, a reprogramação técnica do QREN aprovada em 2011, previa a transferência das candidaturas do regulamento "Ciclo Urbano da Água – vertente em baixa – modelo não verticalizado" dos Programas Operacionais Regionais para o POVT, tendo a mesma ocorrido em setembro de 2013. Note-se que estas candidaturas apresentavam elevadíssimo grau de maturidade, como se pode verificar através das taxas de execução apresentadas no quadro seguinte, encontrando-se a maioria em fase de encerramento:

Benefi.	Candidatura	FEDER Aprovado (€)	FEDER Validado (€)	FEDER Pago (€)	% Valid/Aprov	% Pago/Aprov
INOVA, EMM	Saneamento de Águas Residuais Domésticas da Freguesia da Sanguinheira	929.651,05	918.523,09	872.596,94	98,80%	93,86%
INOVA, EMM	Saneamento de Águas Residuais Domésticas da Freguesia de Cadima	624.083,7	620.658,48	589.625,55	99,45%	94,48%
INOVA, EM	Estações Elevatórias e Redes Colectoras - Subsistema Municipal de Saneamento SIMRIA - SAR1	290.289,96	268.959,20	255.511,24	92,65%	88,02%
INOVA, EM	Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Pedras Ásperas, Lombo Folar, Póvoa e Laje	319.020,00	296.352,74	281.535,10	92,89%	88,25%
Águas Coimbra, EM	Saneamento Básico da Freguesia de Almalaguês - 3ª Fase - Portela do Gato, Cestas, Torre de Bera, Outeiro de Bera, Bera e Monte de Bera	1.521.541,17	1.381.659,57	1.320.489,10	90,81%	86,79%
Águas Coimbra, EM	Concepção, fornecimento, montagem e colocação em serviço do sistema de supervisão das redes de abastecimento de água e saneamento	625.104,48	585.271,63	523.302,20	93,63%	83,70%
Águas de Coimbra, EM	Execução de obras complementares nas redes de drenagem de águas residuais e de distribuição de água em várias freguesias do concelho de Coimbra	1.550.426,20	1.398.105,15	1.328.199,89	90,18%	85,60%
Águas de Coimbra, EM	Infraestruturas exteriores de abastecimento de água ao empreendimento Coimbra Inovação Parque	636.922,83	622.013,52	554.611,29	97,66%	87,08%
Águas de Coimbra, EM	Rede de Drenagem de Águas Residuais e Remodelação da Rede de Abastecimento de Água nas Lagoas - 1ª Fase	244.720,75	244.699,18	218.789,86	99,99%	89,40%
Águas de Coimbra, EM	Remodelação da rede de abastecimento de água em várias zonas do concelho de Coimbra - 3ª fase	880.925,13	771.777,31	690.059,71	87,61%	78,33%
Águas de Coimbra, EM	Remodelação da rede de abastecimento de água em várias zonas do concelho de Coimbra - 4ª Fase (Sistemas de Cumeada, Olivais e Olivais Torre)	884.741,33	622.404,55	663.916,65	70,35%	75,04%
Município de Mira	Saneamento de Águas Residuais do Município de Mira - 1ª Fase	1.075.104,39	864.830,51	850.866,53	80,44%	79,14%
Total	12	9.582.530,99	8.595.254,93	8.149.504,06	89,70%	85,05%

Quadro 14: Resumo das candidaturas do CUA transferidas para o POVT em 15/09/2013

A transferência destas candidaturas para o POVT provocou uma forte diminuição do investimento FEDER executado em 2013. Este facto justifica que o investimento FEDER validado no final de 2013 (45.005.999,23 €), seja inferior ao de 2012 (47.854.194,11 €).

Os parágrafos seguintes apresentam o ponto de situação da Contratualização a 31/12/2013 ao nível da execução. De referir que o montante pago é inferior ao montante validado, em virtude de alguns pagamentos ficarem "pendentes" do encerramento das operações, nomeadamente da apresentação, pelo respetivo beneficiário, do relatório final e da subsequente verificação física e documental no local ou verificações de conformidade.

Em termos de Eixos Prioritários, mais uma vez merece destaque o Eixo III – Coesão Local e Urbana, com um volume financeiro validado muito superior aos restantes eixos, conforme era também expectável dado o elevado número de candidaturas aprovadas neste Eixo e os respetivos valores de investimento associados:

Eixo Prioritário	Nº Candidaturas	FEDER Aprov. (€)	FEDER Validado (€)	FEDER Pago (€)	% Valid/Aprov.	% Pago/Aprov.
Eixo I	5	3.930.180,84	2.296.758,00	2.306.696,00	58,44%	58,69%
Eixo II	10	8.096.733,90	6.815.535,48	6.634.290,07	84,18%	81,94%
Eixo III	53	40.747.632,31	35.893.705,75	35.111.014,85	88,09%	86,17%
<i>Total</i>	67	52.774.547,05	45.005.999,23	44.052.000,92	85,27%	83,47%

Quadro 15: Montantes executados a 31 de dezembro de 2013 por Eixos

Relativamente à execução por Regulamento Específico, novamente o RE "Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar" (EDU) surge com montantes validados bastante significativos:

Regulamento Específico	Nº Candi.	FEDER Aprovado (€)	FEDER Validado (€)	FEDER Pago (€)	% Valid./Aprov.	% Pago/Aprov.
SAM	2	194.199,70	164.568,11	175.721,02	84,74%	90,48%
AAE	3	3.735.981,14	2.132.189,89	2.130.974,98	57,07%	57,04%
PTC	1	2.169.489,88	1.456.139,34	1.486.734,81	67,12%	68,53%
REC	1	421.421,08	346.703,49	385.004,59	82,27%	91,36%
AVL	1	557.903,38	557.903,38	530.008,21	100,00%	95,00%
VQA	7	4.947.919,56	4.454.789,27	4.232.542,46	90,03%	85,54%
COE	11	7.883.632,12	6.391.196,93	6.255.671,74	81,07%	79,35%
MOT	13	6.949.415,59	5.363.980,11	5.579.347,34	77,19%	80,29%
MOU	8	2.151.578,96	1.965.767,54	1.954.620,31	91,36%	90,85%
EDU	20	23.763.005,64	22.172.761,17	21.321.375,46	93,31%	89,73%
<i>Total</i>	67	52.774.547,05	45.005.999,23	44.052.000,92	85,27%	83,47%

Quadro 16: Montantes executados a 31 de dezembro de 2013 por RE

Os montantes executados por Beneficiário, em 31 de dezembro de 2013 são apresentados no seguinte quadro:

Beneficiário	Nº Cand.	FEDER Aprovado (€)	FEDER Validado (€)	FEDER Pago (€)	% Valid./Aprov.	% Pago/Aprov.
Município de Cantanhede	5	3.375.641,53	2.902.092,84	2.877.732,98	85,97%	85,25%
Inova, EMM	1	419.175,00	139.510,78	146.495,67	33,28%	34,95%
Município de Coimbra	11	8.109.861,79	7.818.255,00	7.524.035,79	96,40%	92,78%
Município Condeixa-a-Nova	4	5.352.701,76	4.604.902,77	4.491.194,42	86,03%	83,91%
Município Figueira da Foz	5	4.428.239,94	4.156.720,23	4.207.217,14	93,87%	95,01%
Município Mealhada	11	8.928.034,19	6.310.853,14	6.120.594,12	70,69%	68,55%
Município de Mira	5	2.104.272,54	2.077.416,84	1.999.058,91	98,72%	95,00%
Município Montemor-o-Velho	11	7.595.862,11	4.878.357,08	5.073.125,78	64,22%	66,79%
Município de Mortágua	2	3.850.107,71	3.850.107,70	3.657.602,33	100,00%	95,00%
Município Penacova	4	3.864.301,87	3.575.857,91	3.532.444,30	92,53%	91,41%
Município de Soure	8	4.746.348,61	4.691.924,94	4.422.499,48	98,85%	93,18%
Total	67	52.774.547,05	45.005.999,23	44.052.000,92	85,28%	83,47%

Quadro 17: Montantes executados a 31 de dezembro de 2013 por Beneficiário

Os montantes FEDER executados por Beneficiário em cada um dos Eixos Prioritários, a 31 de dezembro de 2013 são apresentados no seguinte quadro:

Beneficiário	Nº Cand.	Eixo Prioritário		
		Eixo I (€)	Eixo II (€)	Eixo III (€)
Município de Cantanhede	5			2.902.092,84
Inova, EMM	1			139.510,78
Município de Coimbra	11	83.704,18	514.687,53	7.219.863,29
Município de Condeixa-a-Nova	4	80.863,93	1.456.139,34	3.067.899,50
Município da Figueira da Foz	5			4.156.720,23
Município da Mealhada	11	740.866,27	3.230.146,89	2.339.839,98
Município de Mira	5	522.157,62	557.903,38	997.355,84
Município de Montemor-o-Velho	11	86.9166,00		4.009.191,08
Município de Mortágua	2			3.850.107,70
Município de Penacova	4		346.703,49	3.229.154,42
Município de Soure	8		709.954,85	3.981.970,09
Total	67	2.296.758,00	6.815.535,48	35.893.705,75

Quadro 18: Montantes executados a 31 de dezembro de 2013 por Beneficiário em cada Eixo



Os montantes FEDER executados por Beneficiário nos RE "Sistema de Apoio à Modernização Administrativa" (SAM) e "Sistemas de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística" (AAE) do Eixo Prioritário I – Competitividade, Inovação e Conhecimento, a 31 de dezembro de 2013, são apresentados no seguinte quadro:

Beneficiário	Nº Candidaturas	Eixo Prioritário I	
		SAM (€)	AAE (€)
Município Coimbra	1	83.704,18	
Município de Condeixa-a-Nova	1	80.863,93	
Município da Mealhada	1		740.866,27
Município da Mira	1		522.157,62
Município de Montemor-o-Velho	1		869.166,00
<i>Total</i>	<i>5</i>	<i>164.568,11</i>	<i>2.132.189,89</i>

Quadro 19: Montantes executados a 31 de dezembro de 2013 por RE do Eixo I

Os montantes FEDER executados por Beneficiário nos RE "Património Cultural" (PTC), "Rede de Equipamentos Culturais" (REC), "Ações de Valorização do Litoral" (AVL) e "Ações de Valorização e Qualificação Ambiental" (VQA) do Eixo Prioritário II – Valorização do Espaço Regional, a 31 de dezembro de 2013, são apresentados no quadro seguinte:

Beneficiário	Nº Cand.	Eixo Prioritário II			
		PTC (€)	REC (€)	AVL (€)	VQA (€)
Município de Coimbra	1				514.687,53
Município de Condeixa-a-Nova	1	1.456.139,34			
Município da Mealhada	5				3.230.146,89
Município Mira	1			557.903,38	
Município Penacova	1		346.703,49		
Município Soure	1				709.954,85
<i>Total</i>	<i>10</i>	<i>1.456.139,34</i>	<i>346.703,49</i>	<i>557.903,38</i>	<i>4.454.789,27</i>

Quadro 20: Montantes executados a 31 de dezembro de 2013 por RE do Eixo II

Os montantes FEDER executados por Beneficiário nos RE "Equipamentos para a Coesão Local" (COE), "Mobilidade Territorial" (MOT), "Mobilidade Territorial Urbana" (MOU) e "Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar" (EDU) do Eixo Prioritário III – Coesão Local e Urbana, a 31 de dezembro de 2013, são apresentados no quadro seguinte:

Beneficiário	Nº Candidaturas	Eixo Prioritário III			
		COE	MOT	MOU	EDU
Município de Cantanhede	5		210.170,25	387.254,82	2.304.667,77
Inova, EMM	1	139.510,78			
Município de Coimbra	9	1.094.405,74	1.609.895,79		4.515.561,76
Município de Condeixa-a-Nova	2	1.436.308,95			1.631.590,55
Município da Figueira da Foz	5	240.095,92	265.014,63	563.352,97	3.088.256,71
Município da Mealhada	5		357.465,27	150.915,32	1.831.459,39
Município de Mira	3		532.046,81		465.309,03
Município de Montemor-o-Velho	10	813.885,02	993.527,55	696.117,81	1.505.660,7
Município de Mortágua	2			168.126,62	3.681.981,08
Município de Penacova	3	1.534.863,94	303.540,42		1.390.750,06
Município de Soure	7	1.132.126,58	1.092.319,39		1.757.524,12
Total	52	6.391.196,93	5.363.980,11	1.965.767,54	22.172.761,17

Quadro 21: Montantes executados a 31 de dezembro de 2013 por RE do Eixo III

Assim, no decorrer do ano de 2013 verificou-se um decréscimo do investimento FEDER executado para, tendo sido validado o valor de 5.747.060,05 € no decorrer. Para esta situação contribuíram não só as dificuldades e constrangimentos de várias ordens que já foram atrás analisados e que afetaram todos os intervenientes na Contratualização, mas também uma menor capacidade dos Beneficiários em executar, facto a que indubitavelmente não é alheia a conjuntura económica e financeira atual.

O quadro abaixo ilustra a evolução (em termos acumulados) do investimento executado (FEDER) longo do período da Contratualização:

	FEDER Aprovado (€)	FEDER Validado (€)	FEDER Pago (€)	% Valida./Aprovad.	% Pago/Aprovado
A 31/12/2008	11.133.037,80	0,00	0,00	0,00%	0,00%
A 31/12/2009	11.412.680,75	3.257.060,47	4.204.830,08	28,54%	36,84%
A 31/12/2010	35.188.700,38	15.936.380,30	16.185.910,36	45,29%	46,00%
A 31/12/2011	49.387.076,89	33.017.576,05	33.697.183,41	66,85%	68,23%
A 31/12/2012	56.258.930,60	47.854.194,11	46.058.798,13	85,06%	81,87%
A 31/12/2013	52.744.547,05	45.005.999,23	44.052.000,92	85,28%	83,47%

Quadro 22: Resumo dos montantes aprovados a 31 de dezembro de cada ano



Por fim, apresenta-se em anexo quadro com a listagem das candidaturas aprovadas e respetiva execução a 31 de dezembro de 2013.

1.2 Balanço

O ano de 2013 ficou inequivocamente marcado pelos efeitos da Reprogramação Estratégica do QREN, que redefiniu as prioridades de investimento e determinou a realocação de verbas, bem como pelo acordo celebrado em 2012 entre o Governo e a ANMP que previa o descompromisso de 69,1 milhões de euros no PORC através na anulação de compromissos sem capacidade de execução, e possibilitando apenas novos compromissos no valor de 50 milhões de euros.

Esta situação, aliada às limitações orçamentais da Autoridade de Gestão do PORC, conduziu a que apenas em 2013 e nos primeiros meses de 2014 tenha sido possível aprovar as candidaturas submetidas ao Balcão Permanente encerrado no final de 2011, facto que incontornavelmente produziu um forte entrave na concretização do trabalho da CIM, para além de, obviamente, causar severos contratempos aos Municípios e ao seu programa de investimentos. Apesar desta situação, foi possível aprovar 16 candidaturas em 2013, o que deixa boas perspetivas no sentido de incrementar o ritmo de execução das candidaturas e aumentar significativamente o investimento executado, garantindo uma adequada utilização dos fundos estruturais disponíveis, com as inerentes consequências positivas para a economia e qualidade de vida das populações.

De referir ainda que, conforme previsto na reprogramação técnica do QREN aprovada em 2011, em setembro de 2013 procedeu-se à transição das candidaturas do regulamento "Ciclo Urbano da Água – vertente em baixa – modelo não verticalizado" para o Programa Operacional Valorização do Território. Esta situação conduziu a um significativo decréscimo dos investimentos aprovado e executado da Contratualização no final de 2013. Note-se que aquele Regulamento Específico representava quase 20% do investimento aprovado da Contratualização, sendo que todo o ciclo de vida destas operações foi gerido pela CIM enquanto Organismo Intermédio, salientando-se que as candidaturas transferidas apresentavam muito elevado estado de maturidade.

No decorrer do ano de 2013 deu-se continuidade às tarefas de verificação no local que se haviam iniciado em 2012, tendo sido realizadas, até final do ano, 8 verificações físicas e documentais no local. Iniciaram-se também as tarefas de verificações de conformidade (procedimento adotado para candidaturas com FEDER aprovado inferior a 500.000 €), tendo em vista o encerramento das operações.

Saliente-se que a elevada concentração de trabalho nos primeiros anos da Contratualização já expressa nos quadros anteriores, aliada com a preocupação, sempre constante, em garantir a célere aprovação dos projetos e respetivas reprogramações, bem como em assegurar uma eficiente análise dos pedidos de pagamento que permita que o cofinanciamento chegue rapidamente aos beneficiários, e ainda a reduzida equipa técnica constituída por apenas três técnicos da EAT, provocaram algum atraso no arranque das verificações no local para encerramento e impossibilitaram a realização de um maior número de visitas. Contudo, à medida que se avança no período de programação do QREN, o encerramento das operações assume cada vez maior importância face à preocupação de executar integralmente as verbas comunitárias, o que levará a uma maior enfoque neste domínio ao longo dos próximos tempos.

A articulação entre a EAT e a AG tem vindo a ser cada vez mais profícua, quer ao nível da Comissão Diretiva, quer ao nível dos Secretariados Técnicos. De realçar a grande disponibilidade que a AG tem demonstrado para

analisar as situações mais complexas em parceria com a CIM que se traduziram em várias reuniões ao longo do ano, nas quais se procurou encontrar as melhores soluções para os Beneficiários, dentro do integral respeito pelas disposições legais e regulamentares. Julga-se então ser do interesse comum manter este estreito relacionamento pois será garantia de melhores resultados para ambos os organismos.

Por outro lado, será também importante garantir que a informação e orientações circulem entre a AG e a EAT, para que os procedimentos adotados por ambos os organismos estejam em consonância.

A realização de algumas sessões de informação e trabalho durante o ano de 2013 revelaram-se também profícuas, o que permite afirmar que será de todo o interesse continuar a realizar estas atividades, se possível com maior regularidade, uma vez que, para além do objetivo em si mesmas, permitem uma troca de experiências que se revelam proveitosas.

Em conclusão, o ano de 2013 foi um ano de intenso trabalho para todos os envolvidos na Contratualização, e em particular para a EAT.

Apesar dos resultados alcançados não serem ainda os desejáveis, considera-se que são resultados positivos, tendo presente os vários constrangimentos que têm vindo a ocorrer no presente quadro comunitário de apoio.

Em relação ao futuro, será necessário continuar o esforço desenvolvido até aqui no que se refere ao acompanhamento da execução das candidaturas aprovadas, garantido a celeridade no processamento dos pagamentos aos Beneficiários. De salientar ainda a apreciação de alterações aos projetos aprovados que, embora pouco mencionadas, têm absorvido muitos recursos, prevendo-se que tal continue, naturalmente, a ocorrer. Contudo, o maior enfoque terá de ser dado ao nível das verificações físicas e documentais no local e verificações de conformidade tendo em vista o encerramento das operações, por forma a garantir integral utilização dos fundos comunitários.

2. Assistência Técnica no âmbito da Contratualização

Nos termos do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado com Programa Operacional Regional do Centro (PORC), as despesas resultantes do exercício das competências da CIM no âmbito do referido contrato, são elegíveis para efeitos de cofinanciamento pela medida Assistência Técnica do PORC. Para tal, são apresentadas candidaturas anuais a esta medida, sendo que as mesmas integram despesas de pessoal, de funcionamento e de investimento no âmbito da Contratualização.

Em fevereiro de 2013, foi submetida a candidatura anual "Assistência Técnica - 2013", tendo a mesma sido aprovada pelo investimento elegível de 153.887,50 € a que corresponde uma comparticipação FEDER de 130.804,38 €, com uma taxa de cofinanciamento de 85%.

Em setembro de 2013, foi apresentada uma alteração financeira à candidatura, tendo o investimento elegível da operação aumentado para 167.807,89 € e a comparticipação comunitária passado para 142.636,71 €, pelo que resultou num acréscimo de comparticipação financeira de 11.832,33 €, mantendo-se a taxa de comparticipação de 85%.

Em julho de 2013 foi submetido um primeiro pedido de pagamento, no valor de 31.625,12 €, tendo esta despesa sido validada por igual montante, correspondente à comparticipação FEDER de 26.881,35 €.

Durante o mês de dezembro de 2013 foram submetidos eletronicamente os segundo e terceiro pedidos de pagamento, num valor acumulado de despesa elegível de 77.424,94 €, a que corresponde uma comparticipação FEDER previsível de 65.811,20 €. A 31 de dezembro de 2013 a despesa ainda não tinha sido validada.



À presente data existe ainda despesa elegível a apresentar no valor previsível de 18.376,50 €, a que corresponde uma comparticipação comunitária expetável no montante de 15.926,03 €.

Assim, em dezembro de 2013, a candidatura "Assistência Técnica - 2013" apresentava uma taxa de realização de 18,85 % (validado/aprovado). Contudo, e após a validação da despesa elegível submetida e a submeter durante o ano corrente, a taxa de realização elevar-se-á para 76,15%.

Em termos de receita FEDER, e para esta candidatura, durante o segundo semestre do ano de 2013, na CIM foi recebido o montante de 10.396,29 €. Fruto da candidatura ainda não se encontrar encerrada financeiramente, encontrando-se despesa submetida e a submeter sujeita a validação, projeta-se o recebimento da comparticipação comunitária no valor de 81.737,23 €.

Para os anos anteriores e de forma similar, foram também apresentadas candidaturas anuais à Medida Assistência Técnica, tendo as mesmas sido aprovadas pela Autoridade de Gestão do Mais Centro. Assim, foi feito um acompanhamento das candidaturas dos anos anteriores, o que passou pela apresentação de um conjunto de despesas no âmbito da atuação da CIM enquanto Organismo Intermédio do PORC. Relativamente a estas candidaturas foi recebida comparticipação financeira durante o ano de 2013, conforme se expõe:

- A candidatura "Assistência Técnica - 2010", encontra-se encerrada física e financeiramente, e para a qual foi recebida a comparticipação total de 73.776,96 €, sendo que deste valor, 2.906,16 € foi receita consignada no ano de 2013;

- Relativamente à candidatura "Assistência Técnica - 2011", e decorrente da validação de despesa elegível no valor de 180.869,95 € e de um FEDER de 153.739,46 €, a CIM foi ressarcida da comparticipação no montante de 146.052,48 €, sendo que deste valor, o montante de 77.317,20 € foi recebido no ano de 2013. Para esta operação foi apresentada a totalidade da despesa, embora a mesma não se encontre ainda encerrada uma vez que aguarda verificação física e/ ou documental a realizar pela Autoridade de Gestão do Mais Centro. Assim, para este projeto, à data de 31 de dezembro de 2013 existia receita FEDER retida no montante de 7.686,98 €, correspondente à diferença entre o FEDER validado e o FEDER pago, ou seja, correspondente ao saldo final da operação;

- Relativamente à candidatura "Assistência Técnica no âmbito da Contratualização - 2012", e decorrente da validação de despesa elegível no valor de 89.942,32 € a que corresponde o FEDER de 76.450,97 €, na CIM foi recebida a comparticipação de 68.288,37 €, pelo que, à data de 31 de dezembro de 2013, o resultado diferencial entre estes dois montantes de 8.162,61 € corresponde a comparticipação expetável ainda a receber pela CIM. Do total da comparticipação recebida, 38.972,77 € foi receita consignada no ano de 2013. Também esta candidatura ainda não se encontra encerrada, estando o seu encerramento, e respetivo pagamento do saldo final retido, dependente de uma verificação física e/ou documental a realizar pela Autoridade de Gestão do Mais Centro.

3. Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local - POPH

Na área da Formação Profissional, foi possível durante o ano de 2013, concluir o projeto que teve o seu início em 2011 com uma candidatura ao POPH na tipologia 3.4 no valor de cerca de 755 mil € assegurando a CIM-BM, a coordenação pedagógica e toda a gestão do processo formativo, com o apoio dos serviços de consultadoria da Fundação CEFA.

Através de reuniões periódicas realizadas com os interlocutores dos Municípios na área da formação, foi possível identificar as necessidades formativas, permitindo uma adaptação do programa formativo de uma forma contínua e dinâmica.

Foi por isso necessário, no decorrer da candidatura proceder a 8 Pedidos de Alteração (PA8), junto do POPH, por forma a conseguir desenvolver ações de formação com conteúdos programáticos atrativos e úteis na satisfação das reais necessidades sentidas pelos Municípios.

O término do projeto ocorreu a 28 de junho de 2013, apresentando-se de seguida os indicadores do projeto:

	Valores Aprovados	Valores Realizados	Taxa de Execução (%)
N.º de Ações	223	206	92,38
N.º de Horas	5.295	4.923	92,97
Volume de Formação	80.877	75.189	92,97
N.º de Formandos	3.071	3.035	98,83

Quadro 23: Execução física do projeto

Verificou-se uma elevada execução relativamente ao número de ações de formação e, por conseguinte, relativamente ao número de horas previstas. A totalidade prevista foi praticamente atingida no que se refere ao n.º de formandos que frequentaram o número de ações de formação, bem como, por conseguinte, ao volume de formação proporcionado, o que se deveu sobretudo à desistência de formandos em algumas ações de formação, o que se traduziu numa penalização ao nível da execução.

Apesar do projeto estar fisicamente concluído, ainda decorriam a 31/12/2013, os procedimentos administrativos decorrentes do encerramento financeiro da candidatura.

4. Operação Imaterial de Promoção do Empreendedorismo

O projeto "Operação Imaterial de Promoção do Empreendedorismo" tem como objetivo geral o reforço do potencial empreendedor da região, através de iniciativas em rede, com elevada amplitude e transversalidade sectorial que garantam os necessários suportes à dinamização e apoio ao empreendedorismo local, com especial enfoque nos serviços de suporte às atividades turísticas e de lazer na Região.

Considerando o planeamento de ação territorial para a promoção do empreendedorismo na região definido no Plano de Ação Territorial de Promoção do Empreendedorismo 2011-2015, que visa estruturar a estratégia de promoção do empreendedorismo, especificando também os principais projetos e ações a desenvolver que contribuam para "lançar" a iniciativa empresarial e o empreendedorismo no respetivo território de intervenção, iniciou-se em 2012 um conjunto de aquisição de serviços de suporte a este projeto, tendo tido continuidade em 2013.

Recorde-se que em outubro de 2010, foi apresentada a candidatura "Operação Imaterial de Promoção do Empreendedorismo - Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego" ao Regulamento Específico "Sistemas de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística" do Programa Operacional Regional do Centro, tendo a mesma merecido a aprovação favorável do Mais Centro, em abril de 2011, pelo investimento elegível de 282.874,00 € e uma comparticipação financeira de 226.299,20 €, sendo a taxa de cofinanciamento de 80%.



No decurso da execução do projeto verificou-se a necessidade de proceder a ajustamentos face ao investimento programado inicialmente. Assim, o presente projeto foi objeto das seguintes alterações físicas e financeiras:

- Em julho de 2012 foi aprovado a primeira alteração à candidatura, com um investimento elegível de 282.871,00 € a que corresponde uma comparticipação FEDER de 240.440,35 €, sendo a taxa de cofinanciamento das despesas elegíveis de 85%;
- Em julho de 2013, e após submissão da segunda alteração à candidatura, o investimento elegível aumentou, tendo passado a ser 285.108,97 € e a comparticipação financeira de 242.342,62 €, mantendo-se a taxa de cofinanciamento de 85%;
- Durante o último semestre de 2013, esteve em preparação um terceiro pedido de alteração à candidatura, tendo sido proposto um investimento elegível de 364.156,15 € e uma comparticipação comunitária de 309.532,73 €, o que representa um acréscimo de FEDER de 67.190,11 €. A alteração proposta tem por objeto principal, a prossecução das atividades do Programa de Empreendedorismo nas Escolas, no ano letivo 2013-2014, visando assim a continuação e consolidação da intervenção já realizada nas escolas e a compatibilização da intervenção, permitindo também a boa execução das sequências de concursos de ideias: municipais, intermunicipais e eventualmente regionais. Esta alteração mereceu aprovação já em 2014, tendo sido aprovada pelo Mais Centro nos termos propostos pela CIM.

Em termos de execução financeira do projeto, a 31 de dezembro de 2013, a despesa elegível validada ascendia a 232.125,85 €, com a apresentação de seis pedidos de pagamento. O FEDER validado ascendia a 197.306,97 €, tendo na CIM sido recebida a comparticipação comunitária acumulada de 198.337,13 € (a comparticipação comunitária recebida é superior à validada, decorrente da aplicação do mecanismo de top-up, ou seja, aplicação da taxa de 95% a despesas incluídas em pedidos de pagamento nos anos de 2012 e 2013, até ao limite da comparticipação aprovada). Da comparticipação comunitária total recebida, durante o ano de 2013 foi consignada a receita de 138.801,13 €, o que representa 69,98% da comparticipação financeira total recebida.

A 31 de dezembro de 2013, o projeto apresentava uma taxa de realização de 81,42 %, tendo em consideração um investimento elegível de 285.108,97 € e a despesa elegível validada no montante de 232.125,85 €.

5. Equipamentos de Combate a Incêndios em Espaços Naturais

A presente candidatura surgiu na sequência do convite POVT-36-2013-60, dirigido às Comunidades Intermunicipais, para a apresentação de candidaturas destinadas à aquisição de equipamento operacionais de proteção civil, visando a proteção individual para combate a incêndios em espaços naturais.

A CIM tem por fim a prossecução de vários fins públicos, entre os quais a articulação das atuações entre os Municípios associados e os serviços da administração central, nomeadamente na área de segurança e proteção civil. Sensível a esta matéria e ciente das suas responsabilidades e competências, as então CIM-BM e a CIMPIN submeteram, no dia 30/05/2013, as suas candidaturas, com um investimento total de 290.673,60 € (IVA incluído) e de 346.325,00 € (IVA incluído), respetivamente. Os valores indicados eram os correspondentes aos valores base dos procedimentos de concurso público internacional de aquisição de Equipamentos de Proteção

Individual (EPI's) para combate a incêndios em espaços naturais, cujos procedimentos foram iniciados pelas então duas CIM's.

A 29/07/2013, decorreu a cerimónia de assinatura e de homologação dos Protocolos de Cooperação celebrados entre a ANPC/LBP/CIM, que prevê que a contrapartida nacional do investimento total do projeto (15%) seja assegurada, em igual proporção de 7,5%, pela ANPC e pela CIM.

Decorrente da entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a candidatura apresentada pela CIM-PIN extingue-se, devendo a candidatura apresentada pela então CIM-BM ser alterada por forma a acolher a aquisição de EPI's dos Municípios que transitaram para a CIM Região de Coimbra. Esta orientação consta das notificações de comunicação de confirmação de decisão favorável de financiamento das duas candidaturas atrás referidas (ofícios n.º RI/GFC-129/2014, de 05/02/2014 e RI/GFC-141/2014, de 07/02/2014), onde são definidos os requisitos da alteração. Assim sendo, já em março de 2014, e após reunião com a Direção-Geral da Administração Interna, foi apresentada a alteração à candidatura submetida pela então CIM-BM por forma a adapta-la à nova realidade da CIM Região de Coimbra, isto é, contemplando a aquisição de equipamentos de proteção individual em espaços naturais para bombeiros do território correspondente aos 9 Municípios que transitaram para a CIM Região de Coimbra.

Recorde-se que para efeitos de candidatura são elegíveis 50% dos efetivos do Quadro Ativo (QA) e do Quadro de Comando (QC) inscritos no sistema de informação e gestão do registo dos Bombeiros portugueses, no Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses (RNBP), até às 11h do dia 12 de Março 2013. Desta forma, foi necessário uma estreita colaboração do Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) da região de forma a confirmar os dados propostos pela CIMRC, bem como para emissão de parecer favorável que veio a ocorrer em março em 2014, necessário à instrução da alteração da candidatura. Em resumo, na Região de Coimbra, existem 27 corporações de bombeiros e cerca de 2036 elementos entre o Quadro Ativo e o Quadro de Comando.

Com o projeto de Equipamentos de Combate a Incêndios em Espaços Naturais na Região de Coimbra (ECIEN-RC), prevê-se que a CIM-RC execute um investimento de 535.757,00 € (IVA incluído).

De referir que à data ainda não houve uma comunicação formal do POVT/DGAI sobre a aceitação da alteração à candidatura submetida, pese embora se tenham as melhores expetativas que tal venha a acontecer com brevidade, tendo em vista possibilitar a aquisição dos equipamentos em tempo útil.

6. Região de Coimbra - Estratégia 14-20

A candidatura "Região de Coimbra - Estratégia 14-20" surgiu na sequência do convite público à apresentação de candidaturas no domínio das Estratégias Territoriais para o Próximo Ciclo de Programação de Fundos Comunitários 2014-2020, do Presidente do Conselho Diretivo do IFDR, dirigido às Comunidades Intermunicipais, previsto também no Programa Valorizar, no sentido da apresentação de propostas de cofinanciamento, com vista à preparação do período de programação 2014-2020, em particular no que se refere à elaboração de planos estratégicos de base territorial ao nível sub-regional de NUT III. A candidatura, realizada inicialmente em parceria entre as então CIM-BM e a CIMPIN, foi submetida a 31/07/2013, prevendo um investimento total de 146.985,00 €.

Este valor resulta do somatório do valor de adjudicação do ajuste direto para Prestação de Serviços de Definição e Elaboração de Um Instrumento de Orientação Estratégica para a Região do Baixo Mondego no Horizonte Temporal 2014-2020, de 74.500,00 € (+ IVA) e do valor de adjudicação do ajuste direto de Aquisição de Serviços para a Elaboração do Documento de Orientação estratégica 2014-2020 para ao Pinhal Interior

Norte, de 45.000,00 € (+ IVA). Note-se que, apesar de estar em preparação apenas um Plano Estratégico de Desenvolvimento para a CIM Região de Coimbra, à data da apresentação da candidatura ainda não se encontrava em vigor a Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que foi necessário proceder à abertura de dois procedimentos de contratação pública pelas CIM's existentes à data.

A 11/09/2013, a candidatura "Região de Coimbra - Estratégia 14-20" foi aprovada pelo POAT FEDER, com um investimento total e elegível de 117.647,06 €, ao qual está associada uma comparticipação FEDER 100.000,00€.

No dia 25/10/2013, foi apresentado um primeiro pedido de pagamento com toda a despesa paga e executada pela então CIMPIN até aquela data, no valor de 13.837,50 €, tendo recebido a 11/11/2013 a correspondente comparticipação FEDER de 11.761,88 €.

No dia 29/10/2013, foi apresentado um segundo pedido de pagamento com toda a despesa paga e executada pela então CIM-BM até aquela data, no valor de 45.817,50 €, tendo recebido a 15/11/2013, a correspondente comparticipação FEDER associada de 38.944,87 €.

O valor remanescente da receita FEDER, de 47.217,63 €, será executado durante o ano de 2014.

7. Serviços Partilhados de Aprovisionamento Eletrónico

No seguimento do aviso n.º 01/SAMA/2012, foi submetida, no dia 14/02/2013, a candidatura "Serviços Partilhados de Aprovisionamento Eletrónico da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (SPA-E-CIMBM)", com um investimento de 209.346,64 € a que acresce os custos com pessoal técnico da CIM a afetar ao projeto, no valor de 41.601,86 €. A presente candidatura destina-se ao financiamento da despesa executada/a executar do projeto Central de Compras Eletrónica, em funcionamento desde março de 2012, com o firme objetivo de otimizar os processos de compra, dos Municípios que a integram, e possibilitar a realização de negociações conjuntas de bens e serviços. O investimento encontra-se repartido pelas seguintes rubricas:

Rubricas de Investimento	Valor Total (IVA incluído)
Solução Global de Suporte à Atividade da Central de Compras Eletrónica (Fase 1)	91.635,00 €
Serviços de Implementação do Portal Web para a Central de Compras Eletrónica	2.214,00 €
Leitor Desktop para Cartão do Cidadão	16,61 €
Computador Desktop	783,63 €
Solução Global de Suporte à Atividade da Central de Compras Eletrónica (Fase 2)	91.635,00 €
Desenvolvimento do Portal Web para a Central de Compras Eletrónica	23.062,50 €
Custos com Pessoal	41.601,86 €
TOTAL INVESTIMENTO	250.948,60 €

Quadro 24: Rúbricas de Investimento do projeto

Por despacho de 06/06/2013, da Comissão Diretiva do Compete (POFC) a operação, não obstante ser elegível, foi considerada não selecionada por razões de ordem orçamental, tendo em conta a dotação orçamental disponível no aviso. No dia 03/07/2013, a CIM enviou ao Presidente do Conselho Diretivo da AMA e às Vogais

da Comissão Diretiva do COMPETE, no exercício do direito de pronúncia em sede de audiência prévia, um ofício de contestação da proposta de decisão. A 14/10/2013, foi dado provimento à contestação da CIM, tendo a operação sido aprovada com um investimento elegível total de 248.182,90 €, a que corresponde um valor FEDER de 210.955,47 €.

Esta operação terá execução durante aos anos de 2014 e 2015, conforme previsto na candidatura aprovada.

8. Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC) 2013-2014

O Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC) é um plano promovido pela ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos) com frequência de candidatura bienal e tem como objetivo apoiar financeiramente medidas que visem melhorar a eficiência no consumo de energia elétrica.

No âmbito do PPEC, promovem-se medidas tangíveis e intangíveis, comparticipadas a 80% e 100%, respetivamente.

As medidas intangíveis, consistem na disseminação de informação acerca de boas práticas no uso eficiente de energia elétrica, visando promover mudanças de comportamentos.

Nos termos da Diretiva nº 4/2013 da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) – Regras do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica e, do comunicado da entidade ERSE relativo à apresentação de candidaturas ao PPEC 2013 – 2014, durante o mês de maio de 2013, a CIM enquanto entidade promotora apresentou duas candidaturas à medida intangível:

- Energy Savers – Educar para Poupar
- Uee – Active learning, exponencial savings - Monitorização de consumos e dinamização da comunidade universitária para o aumento da eficiência energética.

Em outubro de 2013, foi publicada a lista de seleção e hierarquização das candidaturas, tendo-se verificado que as mesmas não foram consideradas admissíveis. Neste seguimento, foi apresentada uma contestação à candidatura Uee – Active learning, exponencial savings - Monitorização de consumos e dinamização da comunidade universitária para o aumento da eficiência energética.

Em janeiro de 2014, foi publicada a homologação do relatório final de avaliação e hierarquização das candidaturas, verificando-se que a candidatura à qual foi apresentada reclamação continuou a não ser seriada.

Em suma, verificou-se a não seriação das duas candidaturas apresentadas pela CIM no âmbito do PPEC 2013 – 2014.

9. Programa de Luta Contra a Exclusão Social - Teleassistência a Pessoas Carenciadas

A Comunidade lançou, nesta área, o Projeto de Teleassistência a pessoas isoladas física e/ou socialmente. No primeiro semestre do ano de 2012, após uma fase de sensibilização e experimentação dos Sistemas Fixo e Móvel do Serviço de Teleassistência, respetivamente dinamizados pelas empresas: HelpPhone e TCARE e a articulação intermunicipal com a devida clarificação das esferas de intervenção de cada entidade, prosseguiu-se, já no segundo semestre, à implementação do projeto.

Atendendo à complementaridade dos sistemas, no mês de Setembro de 2012 foram adjudicados através de ajuste direto, dois procedimentos de locação de bens (Sistema Móvel e Sistema Fixo), com duração até Setembro de 2015 de acordo com o quadro seguinte, sendo que o número de equipamentos encomendados corresponde às encomendas dos municípios.



Empresa contratada	Valor unitário	N.º Equipamentos	Montante
Helphone (sistema fixo)	11,61	150	62.677,80
TCARE (sistema móvel)	15,9	67	44.501,40
TOTAL adjudicado [36 meses]			107.179,20

Quadro 25: Contratos de Locação de Equipamentos

Em dezembro de 2013, verifica-se uma relação de equipamentos encomendados/instalados na ordem de:

- a) Sistema Móvel (TCARE) - 90 %
- b) Sistema Fixo (HelpPhone) - 60 %

Ambos os sistemas e respetivas empresas continuam a merecer uma avaliação muito positiva por parte dos parceiros municipais e utentes, que referem sentir um significativo aumento da sua segurança pessoal e também uma significativa redução do seu isolamento.

10. Construção da Ciclovia do Mondego

Para a elaboração dos estudos conducentes à execução da construção da Ciclovia do Mondego, foram desenvolvidos pela então CIM-BM todos procedimentos com vista à implementação do projeto supramunicipal a desenvolver entre os Municípios de Coimbra, Figueira da Foz e Montemor-o-Velho.

Foram executados todos os procedimentos relativos aos estudos conducentes à construção da ciclovia, nomeadamente: estudo de viabilidade, estudo geológico e geotécnico, levantamento topográfico e estudo geral do traçado, encontrando-se este último ainda em fase de execução pela ITECONS, Lda.

O projeto é financiado integralmente com recurso à comparticipação financeira dos três municípios que assinaram o Acordo Contratual, uma vez que, até à data, não foi possível candidatar o projeto a cofinanciamento comunitário.

ENTIDADE ADJUDICATÁRIA	COMPARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS			OBJETO DO ESTUDO
	Município Coimbra	Município Montemor-o-Velho	Município Figueira da Foz	
Artescan - 3D Scanning, Lda	15.875,71	18.134,30	25.583,49	Levantamento Topográfico
Geosolve - Soluções de Engenharia Geotécnica e Topografia	14.351,49	16.393,24	23.127,24	Estudo Geológico e Geotécnico
ITECONS - Instituto de Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção	11.468,52	13.100,12	18.481,37	Estudo de Viabilidade
	11.796,19	13.474,40	19.009,40	Elaboração do Estudo Geral do Traçado
	53.491,91	61.102,06	86.201,50	

Quadro 26: Comparticipação financeira no projeto

V. Relatório Financeiro

1. Nota Introdutória

Como é do conhecimento geral, o artigo 52.º da Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas [LPOTC] aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto prescreve que, em regra as contas são prestadas por anos económicos, as quais devem ser elaboradas pelos responsáveis do órgão executivo que, na altura legalmente prevista para a sua prestação, se encontrem em funções, sem prejuízo do dever de recíproca colaboração com anterior(es) responsável(eis) do executivo.

Excecionalmente haverá lugar à prestação de contas intercalares se no decurso do ano económico decorrer a substituição ou a mudança da totalidade do executivo intermunicipal. Assim, no caso de eleições autárquicas (realizadas no decurso do ano económico de 2013), o Tribunal de Contas entende que, desde que se mantenha no seu novo executivo pelo menos um dos eleitos do executivo anterior, não existe obrigatoriedade em proceder à prestação de contas intercalares, em relação a cada gerência, podendo ser elaborada e apresentada uma única prestação de contas.

Encontrando-se a CIM nestas condições e, tendo sido deliberado pelo Conselho Executivo de 14/08/2013 a não prestação de contas intercalares, deverá proceder-se à remessa ao Tribunal de Contas das contas relativas ao ano económico de 2013, relativas à gerência do anterior executivo, conjuntamente com a gerência do atual executivo.

Com o presente Relatório Financeiro, pretende-se complementar os documentos que constituem a Prestação de Contas elaborada nos termos do artigo 33.º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, de forma a expor e justificar todas as ações desenvolvidas no decurso do ano económico de 2013, demonstrando a regularidade orçamental, da efetivação das despesas, sendo aqui apresentado de uma forma discriminada, as receitas obtidas.

A gestão orçamental relativa ao exercício de 2013 foi realizada em conformidade com o estipulado no Decreto-Lei n.º 55-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), com as devidas alterações.

2. Análise Orçamental

Os rácios orçamentais apresentados demonstram um efetivo controlo do orçamento, conforme se poder verificar através dos mapas abaixo reproduzidos. Tem-se verificado nos últimos anos, um crescimento significativo da receita total efetiva, atingindo em 2013 o valor de 874.753,53 €, correspondente a cerca de 53,87% do inicialmente previsto em Orçamento. Contudo nota-se uma variação negativa de cerca de 2,61%, relativamente ao ano anterior, facto este que se deve em parte à morosidade na aprovação de candidaturas submetidas aos Programas Operacionais e que à data de encerramento das contas, se encontravam ainda em fase de análise pelas Autoridades de Gestão.



2.1 Receita

Da análise do quadro abaixo, verifica-se que a receita arrecadada é na sua quase totalidade de natureza corrente, valor comportado principalmente por transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o conjunto do Municípios da NUT III da Região de Coimbra e pelas receitas provenientes de cofinanciamentos comunitários atribuídos no âmbito de candidaturas aprovadas pelas Autoridades de Gestão.

[unidade: euros]

Classificação da Receita	Orçamento	Executado/ Cobrado	Taxa Execução
05 – Juros de Sociedades Financeira	5.500,00	1.634,31	29,72%
06 – Transferências Correntes	1.175.339,00	598.846,60	50,95%
060301 – Administração Central/Estado:	180.163,00	157.663,00	87,51%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	157.663,00	157.663,00	100,00%
Ministério Administração Interna	22.500,00	0,00	0,00%
Comparticipação projetos cofinanciados	789.412,00	349.749,89	44,31%
060501-Administração Local/Municípios:	205.764,00	91.433,71	44,44%
Quotizações	95.400,00	68.700,34	72,01%
Participação em projetos	110.364,00	22.733,37	21,00%
08 – Outras Receitas Correntes	300,00	0,00	0,00%
10 – Transferências de Capital	213.661,00	45.372,62	21,24%
Administração Central (comparticipação em projetos participados)	28.518,00	45.372,62	159,10%
Administração Local	185.143,00	0,00	0,00%
16 – Saldo Gerência	228.900,00	228.900,00	100,00%
Total Receita Corrente	1.181.139,00	600.480,91	50,84%
Total Receita Capital	213.661,00	45.372,62	21,34%
Outras Receitas	228.900,00	228.900,00	100,00%
Total da Receita	1.623.700,00	874.753,53	53,87%

Quadro 27: Distribuição da receita pelas rubricas do orçamento

Juros – Sociedades Financeiras

O valor da receita cobrada de 1.634,31 € corresponde a juros credores semestrais, resultantes da aplicação de depósito a prazo em instituição bancária.

Transferências Correntes/Capital – Administração Central

A receita proveniente do Fundo de Equilíbrio Financeiro foi sendo transferida mensalmente pelo valor que consta no mapa anexo à Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro e que aprovou o Orçamento de Estado para 2013, conforme Artigo 93.º n.º 1. No caso da CIM Região de Coimbra o valor total corresponde a 157,663€ que foi integralmente arrecadado durante o ano de 2013.

As receitas provenientes dos fundos comunitários passaram a representar uma parcela importante no financiamento da atividade, com 61,18% do total das receitas arrecadadas.

Na sequência da apresentação da candidatura POVT-36-2013-60 submetida em Maio de 2013 respeitante à aquisição de equipamentos operacionais de proteção civil para o combate a incêndios a espaços naturais (EPI's), foi inscrito no orçamento a rubrica correspondente à comparticipação por parte do MAI em 7,5% (rubrica "060300106-Ministério da Administração Interna"), em sede de revisão orçamental. De igual modo, foi ainda inserida a rubrica "06060303-POVT-Programa Operacional Valorização do Território" no valor de 255.000,00 € correspondente ao valor do cofinanciamento do Fundo de Coesão em 85%. Trata-se de rubricas sem qualquer execução orçamental, uma vez que a correspondente candidatura encontra-se ainda a aguardar a aprovação pela entidade competente (POVT).

Relativamente a todos os projetos cofinanciados pela Administração Central, a receita corrente e de capital arrecadada vem assim resumida no quadro infra:

[unidade: euros]

Classificação da Receita	Ano 2013		
	Orçamento	Executado	Taxa Execução
Projetos Cofinanciados:			
FEDER/Candidatura Assistência Técnica/Empreendedorismo/POAT	386.328,00	307.338,44	79,60%
FSE / Candidatura POPH	176.602,00	87.784,07	49,71%
POVT/Candidatura EPI's	255.000,00	0,00	0,00%
Total receita cofinanciada	817.930,00	395.122,51	48,00%

Quadro 28: Distribuição da receita cofinanciada pela Administração Central

Transferências Correntes/Capital – Administração Local

Uma parte dos proveitos/receita da Comunidade, são originárias das quotizações dos municípios associados, para funcionamento regular da CIM.

Em 2013, para o desenvolvimento da atividade prevista, os recursos financeiros disponíveis provenientes deste tipo de transferências encontram-se os descritos no mapa seguinte, num total arrecadado de 91.433,71€, sendo expectável que em 2014 o valor total em dívida de 260.387,18€ venha a ser cobrado no início do ano.

[unidade: euros]

Comparticipação Município	Quotas 2010-2013	Comparticipação Financeira Empreendedorismo	Protocolo Teleassistência	Protocolo Ciclovia Mondego	Total
Valor cobrado	68.700,34	7.637,52	15.095,85	0,00	91.433,71
Valor em dívida	20.999,65	15.275,04	23.317,02	200.795,47	260.387,18
Total em dívida		260.387,18			

Quadro 29: Distribuição da receita – Administração Local

2.2 Despesa

A execução orçamental da despesa por classificação económica apresentada no quadro abaixo reproduzido, permite concluir que os graus de execução de cada rubrica apresentam-se de forma heterogénea, sendo que, tendencialmente, os agregados correntes apresentam taxas de concretização superiores aos de capital.

O orçamento inicial de 2013 previa um valor de 1.094.500€. Sujeito a uma revisão orçamental de 529.200,00€ no decorrer do ano, o orçamento final atingiu o valor de 1.623.700,00€, repartido pelas rubricas seguintes:

[unidade: euros]

Capítulos	Despesa Orçada	Despesa Comprometida	Despesa Paga	Desvio	Taxa de Execução
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(1)	(5)=(3)/(1)
01 – Despesas com Pessoal	250.052	210.831,60	206.021,86	-4.809,74	82,39%
02 – Aquisição Bens e Serviços	1.134.338	694.007,42	490.397,00	-203.610,42	43,23%
03 – Juros e Outros Encargos	100	88,20	88,20	0,00	88,20%
06 – Outras Despesas Correntes	600	339,01	339,01	0,00	56,50%
Total despesas Correntes	1.385.090,00	905.266,23	696.846,07	-208.420,16	50,31%
07 – Aquisição de bens de capital	238.610,00	149.011,52	110.157,05	-412.030,58	46,16%
Total despesas Capital	238.610,00	149.011,52	110.157,05	-620.450,74	46,16%
Total da Despesa	1.623.700,00	1.054.277,75	807.003,12	-828.870,90	49,70%

Quadro 30: Distribuição da despesa por classificação económica

Comparando a estrutura do orçamento final com o da sua efetiva realização, constata-se que o desvio na execução orçamental se deve, sobretudo, ao atraso na implementação de alguns projetos supramunicipais fruto, essencialmente, das dificuldades resultantes da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA). A agravar esta situação, de referir que o atraso na implementação destes projetos condicionou toda a execução orçamental, tendo reflexos em várias rubricas.

Relativamente à estrutura de pessoal, é de frisar o facto de que se tem mantido o mesmo número de efetivos desde o ano anterior, com dois funcionários afetos à Estrutura Administrativa e Financeira e três colaboradores afetos à Estrutura de Apoio Técnico. Pretendeu-se assim uma melhor racionalização da estrutura orgânica, comprovada pelo enorme esforço por parte dos “escassos” recursos humanos existentes, pese embora se verifique um crescente aumento da atividade.

No capítulo das despesas correntes, são as despesas com a Aquisição de Bens e Serviços e as Despesas com Pessoal que têm maior peso, no montante de 490.397,00€ e de 206.021,86€ respetivamente. A despesa paga com Pessoal representa cerca de 82,39% da despesa prevista, sendo que as despesas com Aquisição de Bens e Serviços apresentam uma execução de 43,23%. Ou seja, são as despesas com aquisições de bens e serviços que, em termos absolutos, apresentam o maior desvio relativamente ao valor orçado.

O investimento orçado para o ano de 2013 em despesas de capital foi de 238.610,00€. Contudo esta estimativa não se concretizou em termos de compromissos assumidos os quais totalizaram 149.011,52€. Assim, a execução orçamental no capítulo de investimento totalizou apenas 46,16%.

Em termos comparativos da receita/despesa, tem-se vindo a verificar uma poupança considerável, conforme se pode ler no quadro seguinte.

[unidade: euros]

Designação	Ano 2013	Variação % [2012-2013]	Ano 2012	Variação % [2011-2012]	Ano 2011
1 – Total Receita Executada	874.753,53	-2,61%	898.185,29	57,14%	571.564,80
2 – Total Despesa Executada	807.003,12	1,55%	794.650,42	138,24%	333.548,21
(1) – (2) = Poupança	67.750,41		103.534,87		238.016,59

Quadro 31: Análise orçamental – Poupança

Ao longo da atividade da CIM, verifica-se um crescimento da despesa, acompanhado pela evolução positiva da atividade da Comunidade, decorrente da concretização de novos projetos. O mesmo se aplica à arrecadação de receitas que tem demonstrado um crescente aumento ao longo dos últimos anos.

Verifica-se assim, uma poupança bruta executada relativa ao ano transato em 67.750,41 €, sendo que 26,16% do total da receita resultou de reforço do saldo de gerência do ano anterior, em sede de revisão orçamental no valor de 228.900,00€.

2.3 Fluxos de Caixa

No quadro seguinte, pode-se verificar os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício de 2013, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações extra-orçamentais (operações de tesouraria).

[unidade: euros]

Descrição	Parcial	Total
Recebimentos		
Saldo Gerência Anterior		670.793,92
Receitas Orçamentais		645.853,53
Receitas Correntes	600.480,91	
Receitas de Capital	45.372,62	
Operações de Tesouraria		61.736,04
Total		1.378.383,49
Pagamentos		
Despesas Orçamentais		807.003,12
Despesas Correntes	696.846,07 €	
Despesas Capital	110.157,05 €	
Operações de Tesouraria		55.952,91
Saldo Gerência Seguinte		515.427,46
Execução Orçamental	503.849,98 €	
Operações de Tesouraria	11.577,48 €	
Total		1.378.383,49 €

Quadro 32: Fluxos de Caixa



Da análise do quadro anterior, verificamos que o saldo de gerência a transitar para o exercício de 2014 é de 515.427,46€ relativos à execução orçamental e 11.577,48€ e a operações de tesouraria.

3. Análise Patrimonial

As demonstrações financeiras foram elaboradas com respeito pelos princípios contabilísticos definidos no POCAL e todos os princípios contabilísticos geralmente aceites (PCGA).

A presente análise económica e financeira sintetiza os resultados obtidos pela CIM, bem como a sua situação patrimonial em 31 de dezembro de 2013.

3.1 Demonstração de Resultados

O mapa "Demonstração de Resultados" evidencia informação adicional relativa aos custos e perdas do exercício comparativamente com o ano anterior.

Tendo as contas relativas ao exercício económico de 2013 sido encerradas, apurou-se um resultado líquido positivo em 24.794,66€. Para este valor contribuiu um montante global de custos de 885.265,16€ e um montante global de proveitos de 910.059,82€.

O resultado líquido apurado é formado pelas seguintes componentes:

[unidade: euros]

Designação	Ano 2012	Ano 2013	Variação [valor]
Resultados Operacionais	162.690,92	50.443,82	112.247,10
Resultados Financeiros	3.375,45	1.578,87	1.796,58
Resultados Correntes	166.066,37	52.022,69	-114.043,68
Resultados Extraordinários	170,81	-27.228,03	-27.398,81
Resultado Líquido do Exercício	166.237,18	24.794,66	- 141.271,71

Quadro 33: Resultados do Exercício (2013-2012)

Pela análise do quadro acima podemos verificar que os Resultados Operacionais atingiram um valor de 50.443,82 €, valor que reflete uma boa gestão da Comunidade Intermunicipal no que diz respeito aos recursos físicos, humanos e financeiros e a consequente eficiência económica e operacional.

Os Resultados Financeiros apresentam em 2013, um valor positivo de 1.578,87€, resultado do valor dos juros cobrados sobre a aplicação financeira.

O valor de 27.228,03€ refletido em Resultados Extraordinários resultou da necessidade de um conjunto de regularizações em custos e proveitos extraordinários sobre amortizações, relativos a anos anteriores.

Da demonstração apresentada, podemos então aferir um Resultado Líquido Positivo para o exercício de 2013 em 24.794,66 €.

Apresenta-se de seguida, um quadro que reflete a evolução do comportamento de algumas rubricas de Custos e Perdas verificados nos dois últimos anos.

[unidade: euros]

Custos e Perdas do Exercício			
Descrição	Ano 2012	Ano 2013	Variação 2012/2013
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	449.434,36	605.415,28	155.980,92
64 - Custos com Pessoal	149.439,23	165.332,56	15.893,33
65 - Outros Custos e Perdas Operacionais	224,17	323,65	99,48
66 - Amortizações do Exercício	90.521,61	86.909,86	-3.611,75
68 - Custos e Perdas Financeiras	1.799,55	55,44	-1.744,11
69 - Custos e Perdas Extraordinárias	22.690,46	27.228,37	4.537,91
Total Custos	714.109,38	885.265,16	171.155,78

Quadro 34: Custos e Perdas (2013-2012)

Apuraram-se custos e perdas no valor de global de 885.265,16 €, tendo-se verificado maior impacto na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos.

Dos Proveitos e Ganhos, apurou-se um valor total de 910.059,82€, conforme mapa demonstrativo abaixo, destacando-se:

- As Transferências Correntes por via das quotizações dos municípios associados no valor de 89.700,34€;
- Transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro por via do Orçamento de Estado, em 157.663,00€;
- A comparticipação financeira de natureza corrente e de capital, providas dos financiamentos comunitários - FEDER e FSE - recebidos por via da apresentação de despesas aos projetos municipais em que a CIM é entidade beneficiária, no valor global de 444.313,87€.

[unidade: euros]

Proveitos e Ganhos do Exercício			
Descrição	Ano 2012	Ano 2013	Variação 2012/2013
74 - Transferências e Subsídios obtidos	852.310,29	908.425,17	56.114,27
78 - Proveitos e Ganhos Financeiros	5.175,00	1.634,31	-3.540,690
79 - Proveitos Extraordinários	22.861,27	0,34	-22.860,93
Total Proveitos	880.346,56	910.059,82	37.350,78

Quadro 35: Proveitos e Ganhos (2013-2012)

3.2 Balanço

3.2.1 Ativo Imobilizado

O montante relevado no imobilizado bruto refere-se a imobilizado incorpóreo e corpóreo. Assim, o imobilizado incorpóreo respeita ao valor dos estudos prévios à Execução da Construção da Ciclovia do Mondego; ao valor correspondente à implementação da plataforma eletrónica subjacente à Central de Compras e a valores referentes a softwares informáticos.

No que concerne ao imobilizado corpóreo este respeita a equipamento administrativo e equipamento informático para apetrechamento das instalações da CIM e dos respetivos postos de trabalho.



[unidade: euros]

Designação	Ano 2013	Ano 2012	Varição %
Imobilizado Bruto	454.888,59	423.521,04	+ 31.367,55
Amortizações Acumuladas	161.935,32	90.521,61	+ 71.413,71
Imobilizado Líquido	292.953,27	311.209,43	

Quadro 36: Ativo Imobilizado (2012-2013)

3.2.2 Dívidas de/a Terceiros

A 31 de dezembro de 2013, o valor total da dívida credora/dívida de terceiros ascende a 264.205,94 €, valor refletido no balancete analítico acumulado e que se resume ao valor em dívida por parte dos municípios associados da Comunidade, quer por conta das quotizações quer, por outro lado, por força da gestão dos projetos (supra)municipais por parte da CIM. De referir que este valor apenas respeita à dívida dos dez municípios que integravam a CIM Baixo Mondego. Estes valores encontram-se refletidos no ponto anterior, mapa 29: "Distribuição da Receita – Administração Local".

Relativamente aos valores em dívida a terceiros, o valor ascende a 158.089,27€. Este valor respeita a dívidas com fornecedores de conta corrente e de imobilizado e com o estado e outros Entes públicos (por força de encargos da entidade patronal sobre remunerações dos funcionários).

É de salientar a inexistência de dívidas a médio e longo prazo, conduzindo portanto a um peso bastante reduzido na estrutura do Balanço.

Evolução da Dívida de/a Terceiros

[unidade: euros]

Designação	Ano 2012	Ano 2013	Varição
Dívida a Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	
Dívida a Curto Prazo:	92.297,32	158.089,27	+ 65.791,95
Fornecedores conta corrente	8.879,80	77.389,56	+ 68.509,76
Fornecedores imobilizado	61.552,20	63.897,00	+ 2.344,8
Estado e outros Entes Públicos	5.730,62	12.198,09	+ 6.467,47
Outros Credores	16.134,70	4.604,62	- 11.530,08
Total dívida a Terceiros	92.297,32	158.089,27	65.791,95
Dívida de Curto Prazo:	0,00	264.209,57	0,00
Administração Autárquica + Outros	0,00	264.209,57	+ 264.209,57
Total dívida de Terceiros	0,00	264.209,57	264.209,57

Quadro 37: Evolução da Dívida (2012-2013)

Conforme referido anteriormente, não tem sido opção da CIM, o financiamento via Médio/ Longo prazo, existindo apenas dívida a curto prazo de 158.089,27€, decorrente da alteração dos representantes da CIM titulares das contas bancárias, pelo que se verificou um ligeiro atraso na regularização da dívida existente.

Assistiu-se assim a uma redução das dívidas a terceiros, apesar do aumento da atividade. Não é alheio a este facto, a sustentabilidade da atividade estar essencialmente assente em projetos cofinanciados. Salienta-se que a dívida existente está na sua generalidade coberta por pedidos de reembolso em pagamento nas Autoridades de gestão, que só deverá materializar-se no decorrer do ano de 2014.

Grosso modo, as dívidas de terceiros respeitam a transferências a efetuar pelos municípios sobre as participações evidenciadas no mapa de execução da receita.

3.2.3 Disponibilidades

O valor das disponibilidades em 515.381,36€, reparte-se pela conta de depósitos à ordem e depósitos a prazo.

Em disponibilidades, acresce ainda um valor residual em Caixa de 46,10 €, correspondente ao Fundo Fixo de Caixa, criado para fazer face a despesas de valor reduzido, tendo o mesmo um *plafond* máximo de 100,00 €.

De referir que, no total da verba disponível na mesma rubrica de disponibilidades, existe uma diferença residual correspondente a registos contabilizados até 31/12/2013 ainda não refletidos nos saldos das contas bancárias mencionadas.

3.2.4 Fundo Patrimonial

O resultado patrimonial mantém-se em 201.069,08 € desde a data de constituição da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, não tendo sido efetuado até à data, qualquer reforço.

4. Indicadores de Gestão

Rádios			
Rádio	Conteúdo	Fórmula de Cálculo	%
Grau de Cobertura global das receitas e das despesas	Cobertura das Despesas Correntes pelas Receitas Correntes	Despesa Corrente/Receita Corrente	116,05%
	Cobertura das Despesas pelas Receitas	Receita Total/Despesa Total	80,03%
	Capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas correntes	Receita Corrente/Despesa Corrente	86,17%
	Capacidade das receitas de capital cobrirem as despesas de capital	Receita de Capital/Despesa de Capital	41,19%
	Grau de cobertura da despesa total por transferências da Administração Central	Transferências da Administração Central/Despesa Total	62,88%
Estrutura da Receita	Peso das Transferências da Administração Local na Receita Total	Transferência da Administração Local/Receita Total	14,16%
	Peso das Transferências da Administração Central na Receita Total	Transferência da Administração Central/Receita Total	78,56%
	Peso das Transferências Correntes e de Capital obtidas em projetos cofinanciados	Transferência Correntes e de Capital obtidas em projetos Co-financiados/Receita Total	61,18%
Estrutura da Despesa	Peso das Despesas com Pessoal nas Despesas Correntes	Despesas com Pessoal/Despesas Correntes	29,56%
	Peso das Despesas com Bens e Serviços nas Despesas Correntes	Despesas com Bens e Serviços/Despesas Correntes	70,37%
	Peso da aquisição de bens de capital nas Despesas de Capital	Aquisição de Bens de Capital/Despesa de Capital	100,00%
	Peso das Despesas com Bens e Serviços na Despesa Total	Despesas com Bens e Serviços/Despesa Total	60,77%
	Peso das Despesas com Pessoal na Despesa Total	Despesas com Pessoal/Despesa Total	25,53%
	Peso da aquisição de bens de capital na Despesa Total	Aquisição de Bens de Capital/Despesa Total	13,65%
Financiamento da Despesa	Grau de Cobertura das Receitas Correntes sobre as Despesas com Pessoal	Despesas com Pessoal/Receitas Correntes	34,31%
	Grau de Cobertura das Receitas Correntes sobre as Despesas com Bens e Serviços	Despesas com Bens e Serviços/Receitas Correntes	70,37%
	Grau de Cobertura da Receita Total sobre as Despesas com Pessoal	Despesa com Pessoal / Receita Total	31,90%
	Grau de Cobertura da Receita Total sobre as Despesas com Bens e Serviços	Despesa com Bens e Serviços/Receita Total	75,93%

Quadro 38: Indicadores de Gestão

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, o Resultado Líquido do Exercício quando positivo pode ser repartido para reforço do Património, constituição ou reforço de Reservas.

Uma vez que o valor contabilístico da conta 51 "Património" é de 201.069,08 €, superior a 20% do Ativo Líquido, não haverá lugar a reforço do Património.

Face ao exposto, propõe-se, de acordo com as disposições legais, a seguinte aplicação de resultados:

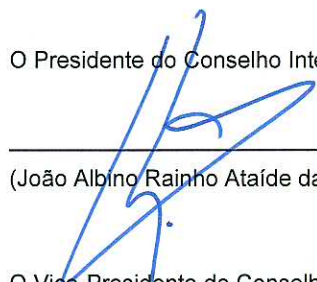
1. Constituição de Reservas Legais (conta 571), de acordo com o disposto na alínea b) do ponto 2.7.3.3 e no ponto 2.7.3.5 do POCAL, no valor de 5% do Resultado Líquido do Exercício, correspondente ao valor de 1.239,73 €;
2. A transferência do remanescente para a conta de 59 - Resultados Transitados, em 23.554,93 €.

VI. Deliberação do Conselho Intermunicipal

Foram presentes, em Reunião Ordinária do Conselho Intermunicipal, realizada em 8 de Abril de 2014, o Relatório de Gestão de 2013, bem como os documentos de Prestação de Contas do mesmo ano, da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Após análise, os documentos a votação foram aprovados por unanimidade com ____ votos a favor, ____ votos contra, e ____ abstenções, os quais se submetem à apreciação da Assembleia Intermunicipal, dando cumprimento à alínea d) do art.º 14º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

O Presidente do Conselho Intermunicipal,



(João Albino Rainho Ataíde das Neves)

O Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal,



(Ricardo Pereira Alves)

O Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal,

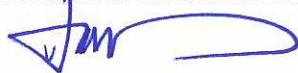
(José Carlos Alexandrino Mendes)

VII. Assembleia Intermunicipal

Foram presentes, em Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em ____/____/____, o Relatório de Gestão de 2013, bem como os documentos de Prestação de Contas do mesmo ano da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

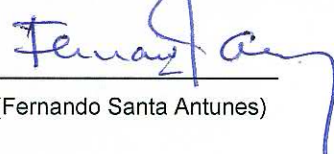
Após análise, os documentos a votação foram apreciados com ____ votos a favor, ____ votos contra, e ____ abstenções, tendo todas as folhas e anexos sido rubricados pela mesa, que abaixo assinam.

O Presidente da Assembleia Intermunicipal,



(Fernando Luís de Almeida Torres Marinho)

O Vice-Presidente da Assembleia Intermunicipal,



(Fernando Santa Antunes)

O Secretário da Assembleia Intermunicipal,



(José Maria Maia Gomes)

CONTRATUALIZAÇÃO (SITUAÇÃO A 31/12/2013)

(DM) Beneficiário Designação	(DM) Projeto Designação	Nº de Projetos	Investimento Total Aprovado	Elegível Aprovado	Feder Aprovado	Feder Validado	Feder Pago	Taxa de Realização (Val/Abrov)	Taxa de Pagamento (Pag/Abrov)
Inova E.M. Município da Figueira da Foz	Complexo Desportivo de Ançã	1	1.895.482,42	493.147,06	419.175,00	139.510,78	146.495,67	33,28%	34,95%
	Centro Escolar de S. Julião / Tavarede	1	4.479.584,85	3.220.420,21	2.737.357,18	2.650.007,74	2.600.489,32	96,81%	95,00%
	Centro Escolar de Vila Verde (V.V)	1	544.089,49	521.798,77	443.528,95	438.248,97	438.248,97	98,81%	98,81%
	Construção da Variante Interna do Paão	1	380.783,59	311.781,92	265.014,63	265.014,63	251.763,90	100,00%	95,00%
	Requalificação da Rua 5 de Outubro e Zona Envolvente	1	691.076,81	662.768,20	563.352,97	563.352,97	535.185,32	100,00%	95,00%
	Requalificação do Campo de Treinos do Estádio José Bento Pessoa	1	514.548,95	492.924,95	418.986,21	240.095,92	381.529,63	57,30%	91,06%
Município da Figueira da Foz Total		5	6.610.083,69	5.209.694,05	4.428.239,94	4.156.720,23	4.207.217,14	93,87%	95,01%
Município da Mealhada	Centro Educativo de Pampilhosa	1	2.449.161,75	1.953.670,44	1.660.619,87	1.595.517,04	1.577.588,88	96,08%	95,00%
	Centro Escolar do Luso	1	1.639.740,90	1.284.922,42	1.092.184,06	235.942,35	263.700,27	21,60%	24,14%
	Construção de Ponte em Várzeas - Luso	1	442.943,83	432.883,53	367.951,00	357.465,27	349.371,87	97,15%	94,95%
	Equipamentos de Apoio ao Parque da Cidade	1	600.404,70	420.639,57	357.543,63	291.132,38	290.706,61	81,43%	81,31%
	Espaço Inovação do Município de Mealhada	1	906.563,65	856.250,30	727.812,76	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	Infraestruturas Zona Industrial Bairrada/Pedrolha - 2ª Fase	1	2.908.391,63	1.432.883,80	1.217.951,23	740.866,27	734.505,92	60,83%	60,31%
	Posto de Turismo e Loja das 4 Maravilhas da Mealhada	1	594.290,61	573.032,73	487.077,82	88.414,74	49.767,82	18,15%	10,22%
	Reabilitação rua das Ferrugens e largo do cemitério na Antes	1	195.468,85	183.778,21	156.211,48	150.915,32	143.369,70	96,61%	91,78%
	Reconversão dos Viveiros Florestais de Mealhada/Parque Urbano	1	2.121.201,22	1.916.893,83	1.629.359,76	1.629.359,76	1.547.891,77	100,00%	95,00%
	Requalificação Largo de S. Martinho em Arnhos	1	264.980,01	258.267,69	219.527,54	209.444,97	202.485,99	95,41%	92,24%
Município da Mealhada Total	Requalificação Urbana da Vila de Luso - Valorização Paisagística	1	1.268.318,39	1.190.347,11	1.011.795,04	1.011.795,04	961.205,29	100,00%	95,00%
		11	13.391.465,54	10.503.569,63	8.928.034,19	6.310.853,14	6.120.594,12	70,69%	68,55%
Município de Cantanhede	Centro Educativo de Ançã	1	2.357.488,57	1.902.999,36	1.612.192,14	1.612.192,14	1.531.582,53	100,00%	95,00%
	Centro Escolar de Cadima	1	1.441.819,13	1.219.471,49	1.036.550,77	692.475,63	719.765,98	66,81%	69,44%
	Construção da E.R.335-1: Via Regional Cantanhede/IC1 (Tocha)	1	373.799,55	275.768,93	234.403,59	210.170,25	209.367,09	89,66%	89,32%
	Requalificação Urbana da Rua 1º de Maio	1	484.981,95	461.301,21	392.106,03	311.529,46	332.572,49	79,45%	84,82%
	Requalificação Urbana no Concelho por Empreitada - Ruas da Azinhaga e do Calvário (Murtede)	1	118.104,70	118.104,70	100.389,00	75.725,36	84.444,89	75,45%	84,12%

CONTRATUALIZAÇÃO (SITUAÇÃO A 31/12/2013)

(DM) Beneficiário Designação	(DM) Projeto Designação	Nº de Projetos	Investimento Total Aprovado	Elegível Aprovado	Feder Aprovado	Feder Validado	Feder Pago	Taxa de Realização (Val/Aprov)	Taxa de Pagamento (Pag/Aprov)
Município de Cantanhede Total		5	4.776.193,90	3.977.645,69	3.375.641,53	2.902.092,84	2.877.732,98	85,97%	85,25%
Município de Coimbra	CENTRO ESCOLAR DA SOLIM SUL	1	2.704.845,76	2.368.108,25	2.012.892,01	1.976.032,97	1.877.231,31	98,17%	93,26%
	CENTRO ESCOLAR DE MONTES CLAROS	1	1.080.842,82	1.051.697,78	893.943,11	844.855,21	802.612,44	94,51%	89,78%
	CENTRO ESCOLAR QUINTA DAS FLORES	1	1.091.708,53	1.053.356,08	895.352,67	862.619,37	807.363,66	96,34%	90,17%
	ESCOLA BÁSICA 1 DE COSELHAS	1	581.616,85	520.059,42	442.050,50	442.050,50	402.660,47	100,00%	91,09%
	ESCOLA BÁSICA 1 DO TOVIM	1	468.767,04	460.349,96	391.297,47	390.003,71	370.503,53	99,67%	94,69%
Município de Coimbra	Ligação Intermunicipal Miranda do Corvo / Coimbra - Estrada Vale de Açor / Ceira, incluindo as Pontes do Cabouco e da Longra	1	1.121.612,44	1.103.536,45	938.005,98	816.179,16	798.583,62	87,01%	85,14%
	Ligação Vale de Canas / Casal da Misarela - 1ª Fase	1	218.812,51	191.750,48	162.987,91	155.156,88	155.156,88	95,20%	95,20%
	M2M - Modernizar para o Município	1	683.084,17	126.712,60	107.705,71	83.704,18	93.551,73	77,72%	86,86%
	Qualificação Ambiental dos Fornos - Coimbra (Construção da passagem hidráulica sob a ex EN1 - Rio dos Fornos e Drenag. pluvial da R. dos Alcorredores)	1	1.317.662,84	626.659,93	532.660,94	514.687,53	506.027,89	96,63%	95,00%
	Reabilitação da Casa do Arco para instalação da Casa da Escrita - 1ª Fase	1	1.694.371,17	1.368.007,17	1.094.405,74	1.094.405,74	1.039.685,45	100,00%	95,00%
Município de Coimbra	Via Estructurante Sta. Clara / S. Martinho do Bispo - Ligação Quinta do Lagar / Centro de Saúde de Sta. Clara	1	757.062,45	751.246,76	638.559,75	638.559,75	670.658,81	100,00%	105,03%
	Município de Coimbra Total	11	11.720.386,58	9.621.484,88	8.109.861,79	7.818.255,00	7.524.035,79	96,40%	92,78%
	Centro de Eventos de Sicó - P.O.R.O.S. - Construção da 1.ª Fase	1	2.806.702,83	2.552.341,04	2.169.489,88	1.456.139,34	1.486.734,81	67,12%	68,53%
	Centro Educativo de Condeixa-a-Nova	1	2.980.470,29	1.943.780,44	1.652.213,37	1.631.590,55	1.550.011,03	98,75%	93,81%
	Construção do Campo Relvado Sintético	1	1.804.244,93	1.699.417,08	1.444.504,52	1.436.308,95	1.372.279,29	99,43%	95,00%
Município de Condeixa-a-Nova	O BIA - Balcão Integrado de Atendimento e Ações Complementares de Modernização Administrativa	1	294.774,96	101.757,64	86.493,99	80.863,93	82.169,29	93,49%	95,00%
	Município de Condeixa-a-Nova Total	4	7.886.193,01	6.297.296,20	5.352.701,76	4.604.902,77	4.491.194,42	86,03%	83,91%
Município de Mira	Ampliação/Requalificação Zona Industrial - Polo II	1	622.204,78	614.303,09	522.157,62	522.157,62	496.049,75	100,00%	95,00%
	Correcção do Traçado e Repavimentação da Variante Sul	1	916.097,85	657.532,36	558.902,51	532.046,81	530.957,38	95,19%	95,00%
	Iniciativas Integradas de Valorização Territorial do Litoral	1	693.075,73	656.356,92	557.903,38	557.903,38	530.008,21	100,00%	95,00%
	Polo Educativo da Zona Sul	1	611.423,24	356.004,64	302.603,94	302.603,94	287.473,74	100,00%	95,00%
	Remodelação do Polo Educativo da Praia de Mira	1	284.946,85	191.417,75	162.705,09	162.705,09	154.569,83	100,00%	95,00%
Município de Mira Total		5	3.127.748,45	2.475.614,76	2.104.272,54	2.077.416,84	1.999.058,91	98,72%	95,00%

CONTRATUALIZAÇÃO (SITUAÇÃO A 31/12/2013)

(DM) Beneficiário Designação	(DM) Projeto Designação	Nº de Projetos	Investimento Total Aprovado	Elegível Aprovado	Feder Aprovado	Feder Validado	Feder Pago	Taxa de Realização (Val/Aprov)	Taxa de Pagamento (Pag/Aprov)
Município de Montemor-o-Velho	Arranjos Urbanísticos nas Meãs: Rua Principal (desde o Largo de S. Sebastião até ao Cruzeiro) e alargamento de arruamento nas Calaçotas	1	198.535,81	197.749,16	168.086,79	160.449,55	153.702,66	95,46%	91,44%
	Centro Educativo de Montemor	1	2.141.603,29	1.771.365,52	1.505.660,70	1.505.660,70	1.430.377,66	100,00%	95,00%
	Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca	1	476.194,72	474.307,91	403.161,72	185.276,01	207.073,18	45,96%	51,36%
	Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Montemor-o-Velho, Gátões e Seixo	1	713.181,77	710.355,94	603.802,55	56.690,89	63.360,40	9,39%	10,49%
	Eixo Viário do Sistema Urbano das Gândaras - Arazede/Meco: Arruamento do Meco (Construção)	1	257.294,36	256.274,89	217.833,66	188.287,78	193.018,83	86,44%	88,61%
	Eixo Viário do Sistema Urbano do Vale	1	1.662.668,71	1.562.585,49	1.225.770,19	751.560,65	985.555,39	61,31%	80,40%
	Intervenção no Espaço Urbano de Montemor-o-Velho	1	459.041,14	453.496,95	385.472,41	347.380,48	352.606,13	90,12%	91,47%
	Pólo Logístico e Industrial de Arazede (1.ª Fase)	1	2.457.760,70	2.348.085,05	1.995.872,29	869.166,00	900.419,31	43,55%	45,11%
	Relvados Sintéticos de Arazede e Carapinheira	1	681.609,73	615.185,26	522.907,47	522.907,47	496.762,10	100,00%	95,00%
	Sintético de Montemor-o-Velho	1	309.011,69	307.962,22	261.767,89	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Município de Mortágua	Sintético de Pereira	1	360.872,74	359.442,87	305.526,44	290.977,55	290.250,12	95,24%	95,00%
	Centro Educativo de Mortágua	1	7.366.625,52	4.331.742,46	3.681.981,09	3.681.981,08	3.497.882,04	100,00%	95,00%
	Infra-Estruturas Rodoviárias do Loteamento da Área da Cerâmica	1	207.356,79	197.796,02	168.126,62	168.126,62	159.720,29	100,00%	95,00%
Município de Mortágua Total		2	7.573.982,31	4.529.538,48	3.850.107,71	3.850.107,70	3.657.602,33	100,00%	95,00%
Município de Penacova	Construção da Biblioteca Municipal	1	2.685.972,13	495.789,50	421.421,08	346.703,49	385.004,59	82,27%	91,36%
	Construção da Biblioteca Municipal de Penacova (Centro Cultural)	1	2.659.698,98	1.805.722,28	1.534.863,94	1.534.863,94	1.453.149,23	100,00%	94,68%
	Construção da Escola Básica do 1º Círculo do Penacova	1	2.451.172,34	1.725.037,72	1.466.282,06	1.390.750,06	1.390.750,06	94,85%	94,85%
Município de Penacova Total	Estrada de Ligação EN17/IP3 (Nó de Miro) IJC7 (SPA) - Estrada de Ligação EN17 ao IP3 Nó de Miro (Variante Miro)	1	626.042,58	519.687,99	441.734,79	303.540,42	303.540,42	68,72%	68,72%
	Beneficiação da EM 622, Pedregão do Pranto/Limite do Concelho	1	567.468,19	567.468,19	482.347,96	482.347,96	458.524,04	100,00%	95,06%
	Beneficiação do CM 1113 entre Vila Nova de Anços e o limite do concelho	1	737.380,01	737.380,01	626.773,01	609.971,43	595.434,36	97,32%	95,00%
Município de Soure	Campo Relvado Sintético de Vinha da Rainha	1	352.722,26	352.722,26	299.813,91	299.813,91	284.823,22	100,00%	95,00%
	Centro Escolar da Freg. de Samuel	1	751.198,54	644.132,09	547.512,28	547.512,28	486.391,27	100,00%	88,84%

CONTRATUALIZAÇÃO (SITUAÇÃO A 31/12/2013)

(DM) Beneficiário Designação	(DM) Projeto Designação	Nº de Projetos	Investimento Total Aprovado	Elegível Aprovado	Feder Aprovado	Feder Validado	Feder Pago	Taxa de Realização (Val./Aprov)	Taxa de Pagamento (Pag./Aprov)
	Centro Escolar da Freguesia de Granja do Ulmeiro	1	831.297,09	773.747,86	657.685,68	641.619,14	623.525,86	97,56%	94,81%
	Centro Escolar das Freg. de Degraças/Pombalinho	1	691.765,07	668.697,30	568.392,70	568.392,70	508.646,61	100,00%	89,49%
	Pavilhão Desportivo Municipal em Granja do Ulmeiro	1	1.004.550,87	1.004.550,87	853.868,24	832.312,67	790.697,03	97,48%	92,60%
	Requalificação do Espaço Entre os Rios Anços e Arunca	1	835.240,98	835.240,98	709.954,83	709.954,85	674.457,09	100,00%	95,00%
Município de Soure Total		8	5.771.623,01	5.583.939,56	4.746.348,61	4.691.924,94	4.422.499,48	98,85%	93,18%
Total		67	80.893.819,60	62.294.979,06	52.774.547,05	45.005.999,23	44.052.000,92	85,28%	83,47%